PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX

E-BOOKS

Santa Catarina

Legislação Especial

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

206

QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

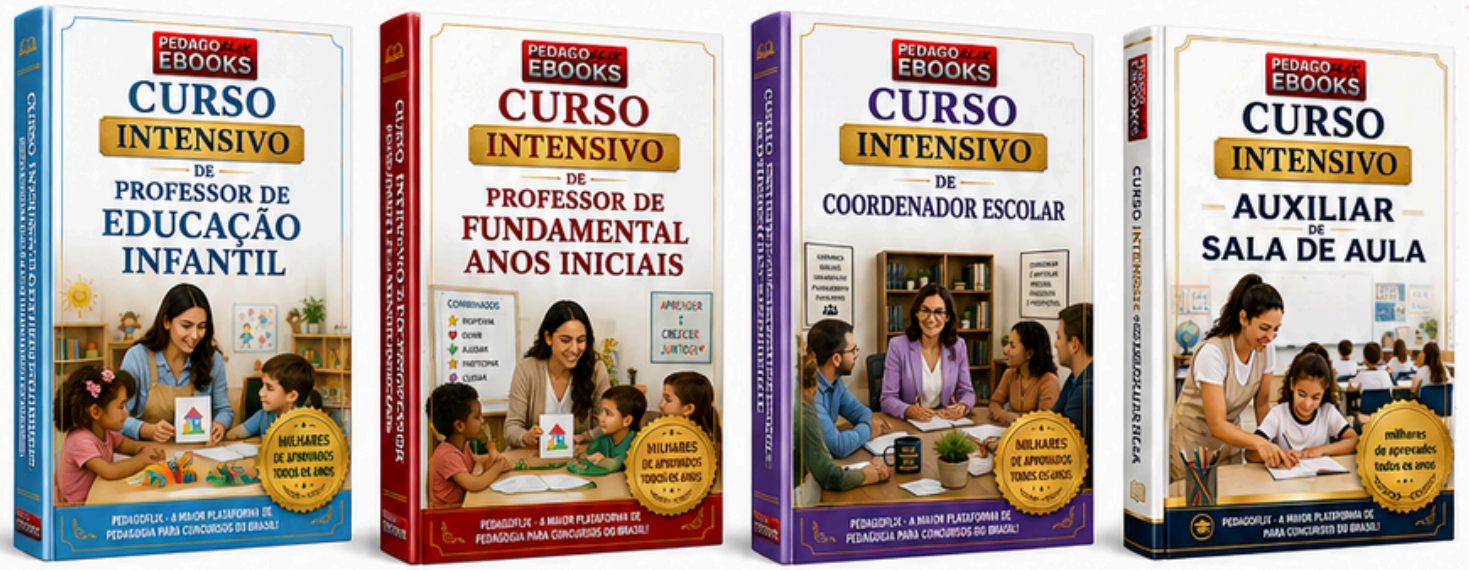
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

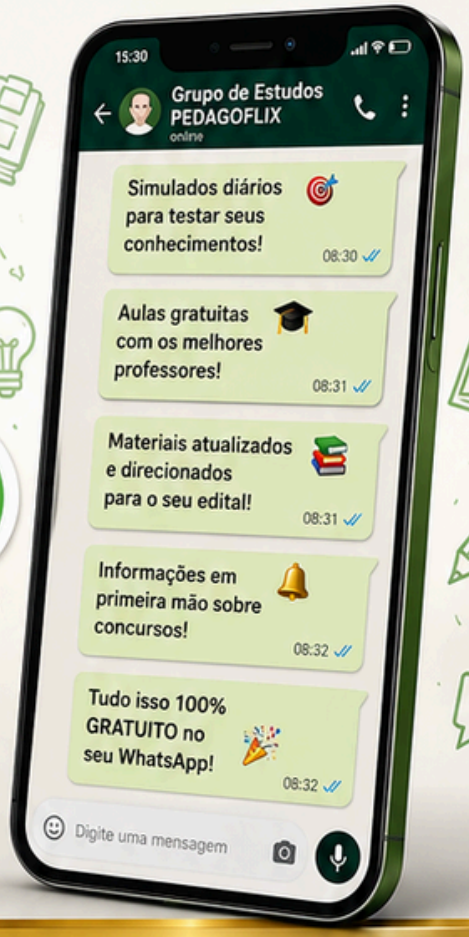
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante de um material estratégico da **Pedagoflix** para a disciplina de **Legislação Especial**, direcionado ao Edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. ⚖️📚 Este Ebook Resumo foi estruturado para ajudá-lo a revisar, organizar e consolidar os temas legais mais relevantes, com atenção à literalidade das leis, às classificações, às consequências jurídicas e às atualizações legislativas. 🎯

A metodologia é objetiva: você encontrará os principais pontos do edital organizados por normas e institutos, priorizando conteúdos que costumam ser exigidos em concursos públicos. ✦ O foco recai especialmente sobre conceitos legais, condutas criminosas, sujeitos envolvidos, causas de aumento e diminuição de pena, efeitos da condenação, medidas processuais, competência, procedimentos e alterações legislativas. Uma leitura atenta e uma revisão constante serão decisivas para o seu desempenho. ✅

O ebook abrange a Lei dos Crimes Hediondos, os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, os crimes de tortura e as organizações criminosas, incluindo colaboração premiada, ação controlada, infiltração de agentes, sigilos e meios de obtenção da prova. Também reúne a Lei Antidrogas, os crimes de abuso de autoridade e o Estatuto do Desarmamento, com destaque para tráfico, porte e posse de drogas, prisão em flagrante, armas de fogo, munições, artefatos explosivos e infrações correlatas. 🔎🛡️

Você também revisará a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a identificação criminal. Atenção especial às formas de violência, medidas protetivas, direitos fundamentais, medidas de proteção e socioeducativas, crimes e infrações administrativas, prioridade processual, hipóteses e procedimentos de identificação, sigilo e exclusão de registros. **Avance com disciplina, revise os pontos sensíveis e transforme conhecimento legislativo em segurança na prova.** 🚀

Sumário

1 Lei dos Crimes Hediondos 16

- **1.1** Lei nº 8.072/1990
- **1.2** Conceito e características dos crimes hediondos
- **1.3** Crimes equiparados a hediondos
- **1.4** Rol dos crimes hediondos
- **1.5** Consumação e tentativa
- **1.6** Regime de cumprimento de pena
- **1.7** Progressão de regime
- **1.8** Prisão temporária
- **1.9** Livramento condicional
- **1.10** Anistia, graça e indulto
- **1.11** Fiança e liberdade provisória
- **1.12** Alterações legislativas da Lei nº 8.072/1990

2 Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor 24

- **2.1** Lei nº 7.716/1989
- **2.2** Disposições gerais
- **2.3** Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor
- **2.4** Crimes de discriminação ou preconceito por etnia, religião ou procedência nacional
- **2.5** Crimes praticados no âmbito das relações de trabalho
- **2.6** Crimes praticados em estabelecimentos comerciais e de ensino
- **2.7** Crimes praticados em transportes e serviços públicos
- **2.8** Crimes praticados por meio de comunicação social ou publicação
- **2.9** Injúria racial
- **2.10** Efeitos da condenação
- **2.11** Alterações legislativas da Lei nº 7.716/1989

3 Crimes de Tortura 32

- **3.1** Lei nº 9.455/1997
- **3.2** Conceito de tortura
- **3.3** Tortura-prova
- **3.4** Tortura para prática de crime
- **3.5** Tortura discriminatória

3.6 Tortura-castigo
3.7 Tortura por omissão
3.8 Tortura praticada por agente público
3.9 Causas de aumento de pena
3.10 Formas qualificadas
3.11 Efeitos da condenação
3.12 Fiança, graça e anistia
3.13 Extradição
3.14 Competência e aplicação da lei
3.15 Alterações legislativas da Lei nº 9.455/1997
4 Organizações Criminosas 42
4.1 Lei nº 12.850/2013
4.2 Conceito de organização criminosa
4.3 Infração penal de organização criminosa
4.4 Concurso material e concurso de crimes
4.5 Causas de aumento de pena
4.6 Agravantes e participação de funcionário público
4.7 Colaboração premiada
4.8 Ação controlada
4.9 Infiltração de agentes
4.10 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos
4.11 Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações
4.12 Quebra do sigilo financeiro, bancário e fiscal
4.13 Interceptação de comunicações
4.14 Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal
4.15 Cooperação entre órgãos públicos
4.16 Investigação e meios de obtenção da prova
4.17 Preservação do sigilo
4.18 Alterações legislativas da Lei nº 12.850/2013
5 Lei Antidrogas 55
5.1 Lei nº 11.343/2006
5.2 Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
5.3 Princípios e objetivos da política sobre drogas
5.4 Prevenção do uso indevido de drogas
5.5 Atenção e reinserção social de usuários e dependentes

5.6 Crimes de porte e posse de drogas para consumo pessoal
5.7 Advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa
5.8 Critérios para distinção entre usuário e traficante
5.9 Tráfico de drogas
5.10 Condutas equiparadas ao tráfico
5.11 Induzimento, instigação e auxílio ao uso de drogas
5.12 Cessão eventual e gratuita de drogas
5.13 Financiamento ou custeio do tráfico
5.14 Associação para o tráfico
5.15 Informante colaborador
5.16 Prescrição, preparação, produção e comercialização de drogas
5.17 Causas de aumento de pena
5.18 Causas de diminuição de pena
5.19 Colaboração voluntária
5.20 Investigação e meios de obtenção da prova
5.21 Infiltração de agentes
5.22 Ação controlada
5.23 Prisão em flagrante
5.24 Procedimento penal
5.25 Destinação e destruição de drogas apreendidas
5.26 Cooperação internacional
5.27 Alterações legislativas da Lei nº 11.343/2006

6 Crimes de Abuso de Autoridade 73

6.1 Lei nº 13.869/2019
6.2 Conceito de autoridade
6.3 Elementos subjetivos dos crimes de abuso de autoridade
6.4 Ação penal
6.5 Efeitos da condenação
6.6 Responsabilidade civil e administrativa
6.7 Independência das esferas de responsabilidade
6.8 Crimes relacionados à prisão e à liberdade individual
6.9 Crimes relacionados à investigação e à persecução penal
6.10 Crimes relacionados à inviolabilidade do domicílio
6.11 Crimes relacionados à obtenção e ao uso da prova
6.12 Crimes relacionados à atuação funcional

6.13 Crimes relacionados à publicidade de atos e informações
6.14 Crimes relacionados ao cumprimento de decisões judiciais
6.15 Sanções penais, civis e administrativas
6.16 Procedimento e disposições gerais
7 Estatuto do Desarmamento 84
7.1 Lei nº 10.826/2003
7.2 Sistema Nacional de Armas
7.3 Registro de armas de fogo
7.4 Posse de arma de fogo
7.5 Porte de arma de fogo
7.6 Aquisição e transferência de armas de fogo
7.7 Comercialização de armas de fogo e munições
7.8 Certificado de registro
7.9 Guia de trânsito
7.10 Crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido
7.11 Crimes de omissão de cautela
7.12 Crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
7.13 Crimes de disparo de arma de fogo
7.14 Crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
7.15 Crimes de comércio ilegal de arma de fogo
7.16 Crimes de tráfico internacional de arma de fogo
7.17 Crimes relacionados a artefatos explosivos ou incendiários
7.18 Causas de aumento de pena
7.19 Prestação de informações e entrega de armas
7.20 Campanhas de entrega voluntária
7.21 Alterações legislativas da Lei nº 10.826/2003
8 Lei Maria da Penha 98
8.1 Lei nº 11.340/2006
8.2 Finalidade e âmbito de aplicação
8.3 Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher
8.4 Violência física
8.5 Violência psicológica
8.6 Violência sexual
8.7 Violência patrimonial
8.8 Violência moral

8.9 Assistência à mulher em situação de violência
8.10 Medidas integradas de prevenção
8.11 Atendimento pela autoridade policial
8.12 Providências policiais
8.13 Medidas protetivas de urgência
8.14 Medidas protetivas dirigidas ao agressor
8.15 Medidas protetivas dirigidas à ofendida
8.16 Descumprimento de medidas protetivas
8.17 Prisão preventiva
8.18 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
8.19 Competência cível e criminal
8.20 Atuação do Ministério Público
8.21 Atuação da assistência judiciária
8.22 Equipe de atendimento multidisciplinar
8.23 Disposições penais e processuais
8.24 Alterações legislativas da Lei nº 11.340/2006
9 Estatuto da Criança e do Adolescente 115
9.1 Lei nº 8.069/1990
9.2 Doutrina da proteção integral
9.3 Princípios fundamentais
9.4 Direitos fundamentais da criança e do adolescente
9.5 Direito à vida e à saúde
9.6 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
9.7 Direito à convivência familiar e comunitária
9.8 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer
9.9 Direito à profissionalização e à proteção no trabalho
9.10 Prevenção geral e especial
9.11 Política de atendimento
9.12 Medidas de proteção
9.13 Conselho Tutelar
9.14 Acesso à Justiça
9.15 Justiça da Infância e da Juventude
9.16 Apuração de ato infracional
9.17 Medidas socioeducativas
9.18 Advertência

9.19 Obrigação de reparar o dano
9.20 Prestação de serviços à comunidade
9.21 Liberdade assistida
9.22 Semiliberdade
9.23 Internação
9.24 Remissão
9.25 Crimes praticados contra criança e adolescente
9.26 Infrações administrativas
9.27 Adoção
9.28 Guarda e tutela
9.29 Alterações legislativas da Lei nº 8.069/1990
10 Estatuto do Idoso 135
10.1 Lei nº 10.741/2003
10.2 Disposições preliminares
10.3 Direitos fundamentais da pessoa idosa
10.4 Direito à vida
10.5 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
10.6 Direito aos alimentos
10.7 Direito à saúde
10.8 Educação, cultura, esporte e lazer
10.9 Profissionalização e trabalho
10.10 Previdência social
10.11 Assistência social
10.12 Habitação
10.13 Transporte
10.14 Medidas de proteção
10.15 Política de atendimento à pessoa idosa
10.16 Acesso à Justiça
10.17 Prioridade processual
10.18 Crimes contra a pessoa idosa
10.19 Disposições processuais penais
10.20 Infrações administrativas
10.21 Alterações legislativas da Lei nº 10.741/2003
11 Identificação Criminal 149
11.1 Lei nº 12.037/2009

11.2 Identificação civil e identificação criminal

11.3 Hipóteses de identificação criminal

11.4 Documentos de identificação civil

11.5 Identificação datiloscópica

11.6 Identificação fotográfica

11.7 Identificação por perfil genético

11.8 Decisão judicial para identificação criminal

11.9 Procedimentos de coleta e armazenamento

11.10 Sigilo das informações

11.11 Exclusão dos registros de identificação criminal

11.12 Responsabilidade pelo uso indevido das informações

Lei dos Crimes Hediondos

Lei nº 8.072/1990



⚖️ A Lei nº 8.072/1990 classifica como hediondos crimes de extrema gravidade, como homicídio qualificado, feminicídio, latrocínio, estupro e genocídio.

🔒 São insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança. A prisão temporária pode alcançar **30 dias**, prorrogáveis por igual período.

📌 A progressão de regime exige percentuais maiores de cumprimento da pena, conforme reincidência e resultado morte. Admite-se liberdade provisória quando cabível, mas o regime inicial deve observar as regras gerais do Código Penal.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) Considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990 acerca dos crimes hediondos e de seus efeitos penais e processuais, julgue as proposições a seguir.

☐ Homicídio qualificado, feminicídio, latrocínio, estupro e genocídio são exemplos de crimes classificados como hediondos.
☐ A prisão temporária nos crimes hediondos pode durar 30 dias, admitida prorrogação por igual período, e a progressão de regime sujeita-se a percentuais mais elevados conforme, entre outros fatores, a reincidência e o resultado morte.
☐ Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, mas admitem fiança e liberdade provisória em qualquer hipótese.

> **Resposta:** C, C, E

Conceito e características dos crimes hediondos

⚖️ Crimes hediondos são infrações de extrema gravidade, previstas taxativamente na Lei nº 8.072/1990. Não dependem da opinião do julgador: somente a lei pode classificá-las como

hediondas.

◆ Possuem tratamento penal mais rigoroso, com restrições à liberdade provisória, progressão de regime em percentuais superiores e requisitos mais severos para benefícios. ⛓️ Podem ser hediondos consumados ou tentados. Crimes equiparados: tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Considerando o conceito, a classificação e as consequências jurídicas dos crimes hediondos, julgue as proposições a seguir.

☐ A tortura, o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo são crimes equiparados aos hediondos e submetem-se a tratamento mais severo quanto a benefícios e à progressão de regime.
☐ Somente crimes hediondos consumados recebem o tratamento penal mais rigoroso, pois a tentativa afasta essa classificação.
☐ A caracterização de uma infração como crime hediondo depende de previsão taxativa na Lei nº 8.072/1990, não podendo resultar exclusivamente da opinião do julgador.

> **Resposta:** C, E, C

Crimes equiparados a hediondos

⚖️ São equiparados a hediondos, pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.072/1990: **tortura**, **tráfico ilícito de drogas** e **terrorismo**. Incidem regras mais severas, como inafiançabilidade e ausência de graça ou anistia. A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, observadas as regras legais de progressão. 🚨

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Considerando os crimes equiparados a hediondos e as consequências jurídicas previstas na Constituição Federal e na Lei nº 8.072/1990, julgue as proposições a seguir.

☐ A tortura, o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo são crimes equiparados a hediondos.
☐ A condenação por crime equiparado a hediondo impõe cumprimento inicial da pena em regime fechado, observadas as regras legais de progressão.
☐ Aos crimes equiparados a hediondos é admitida a concessão de fiança, desde que presentes requisitos legais favoráveis ao acusado.

> **Resposta:** C, C, E

Rol dos crimes hediondos

⚖️ São hediondos, consumados ou tentados: homicídio qualificado e em atividade típica de grupo de extermínio; lesão corporal gravíssima ou seguida de morte contra agentes de segurança; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro; estupro; estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; falsificação de produtos medicinais; favorecimento da prostituição de criança ou vulnerável; genocídio. 🔎 Também integram o rol posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, comércio ilegal e tráfico internacional de armas, organização criminosa voltada à prática de crime hediondo e crimes previstos na legislação antiterrorismo.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Assinale a alternativa que contém apenas crimes expressamente classificados como hediondos, consumados ou tentados.

a) Homicídio simples, lesão corporal leve e ameaça.
b) Furto qualificado, extorsão simples e tráfico de drogas.
c) Latrocínio, estupro de vulnerável e posse de arma de fogo de uso proibido.
d) Roubo majorado, associação criminosa e receptação qualificada.
e) Corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro.

> **Resposta:** c
> Latrocínio, estupro de vulnerável e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido integram expressamente o rol dos crimes hediondos.

Consumação e tentativa

⚖️ Nos crimes hediondos, a **consumação** ocorre quando se reúnem todos os elementos previstos no tipo penal. No homicídio, por exemplo, exige-se a morte da vítima; no estupro, a prática do ato libidinoso mediante violência ou grave ameaça.

🎯 A **tentativa** é possível quando o agente inicia a execução, mas não consuma o crime por circunstâncias alheias à sua vontade. Aplica-se a redução de pena de **um a dois terços**, conforme o percurso executório. Crimes omissivos próprios e unissubsistentes, em regra, não admitem tentativa.

Questão 5. (Pedagoflix 2026) Em crime hediondo de estupro, o agente inicia a execução, mas não pratica o ato libidinoso porque é contido por terceiros. Nessa situação, configura-se:

a) tentativa, com redução de pena de um a dois terços.
b) crime consumado, pois houve início da execução.

c) desistência voluntária, sem responsabilização pela tentativa.
d) crime impossível, por ineficácia absoluta do meio.
e) fato atípico, pois não houve consumação.

> **Resposta:** a
> Há tentativa porque o agente iniciou a execução e não consumou o estupro por circunstância alheia à sua vontade. A pena é reduzida de um a dois terços.

Regime de cumprimento de pena

⚖️ Nos crimes hediondos e equiparados, a pena é cumprida inicialmente em **regime fechado**. A progressão exige cumprimento de fração superior da pena, conforme reincidência e resultado morte: **40%** para primário; **60%** para reincidente específico; **50%** para primário com resultado morte; e **70%** para reincidente específico com resultado morte. 🚫 Não há livramento condicional quando houver resultado morte.

Questão 6. (Pedagoflix 2026) Condenado primário por crime hediondo com resultado morte pretende progredir de regime. Qual fração mínima da pena deve cumprir?

a) 50%
b) 40%
c) 60%
d) 70%
e) 80%

> **Resposta:** a
> Para condenado primário por crime hediondo com resultado morte, exige-se o cumprimento de 50% da pena para progressão de regime.

Progressão de regime

⚖️ A progressão exige cumprimento de fração da pena, boa conduta carcerária e decisão judicial, conforme a Lei de Execução Penal.

Nos crimes hediondos e equiparados, aplica-se: **40%** ao primário; **60%** ao reincidente em crime hediondo ou equiparado; **50%** se houver resultado morte e o condenado for primário; **70%** se reincidente com resultado morte. 🚨 A falta grave interrompe a contagem do prazo.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) Considerando as regras de progressão de regime aplicáveis aos condenados por crimes hediondos ou equiparados, julgue as proposições a seguir.

☐ A progressão de regime pressupõe o cumprimento da fração legal da pena, a boa conduta carcerária e decisão judicial, nos termos da Lei de Execução Penal.
☐ A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para progressão de regime.
☐ O condenado primário por crime hediondo ou equiparado, sem resultado morte, deve cumprir 60% da pena para progredir de regime.

> **Resposta:** C, C, E

Prisão temporária

⚖️ Nos crimes hediondos e equiparados, a prisão temporária pode durar **30 dias**, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. A prorrogação depende de decisão judicial fundamentada.

🔒 Aplica-se durante a investigação, quando imprescindível às diligências ou quando o investigado não possuir residência fixa ou elementos de identificação. Findo o prazo, ocorre soltura imediata, salvo outra ordem de prisão.

Questão 8. (Pedagoflix 2026) Nos crimes hediondos e equiparados, a prisão temporária terá prazo de:

a) 5 dias, improrrogáveis.
b) 10 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
c) 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias.
d) 30 dias, prorrogáveis por igual período mediante decisão judicial fundamentada, em caso de extrema e comprovada necessidade.
e) 30 dias, prorrogáveis automaticamente por igual período.

> **Resposta:** d
> Nos crimes hediondos e equiparados, a prisão temporária dura 30 dias e pode ser prorrogada por igual período somente diante de extrema e comprovada necessidade, mediante decisão judicial fundamentada.

Livramento condicional

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Direito Penal Militar

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

263
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

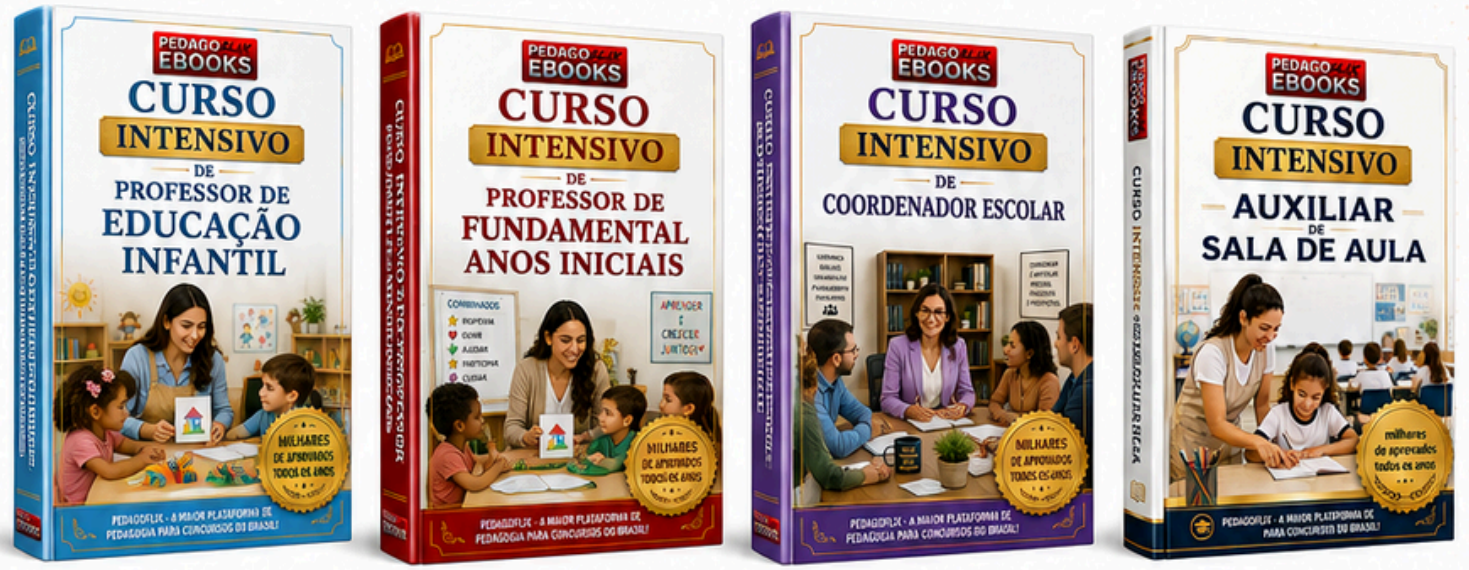
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

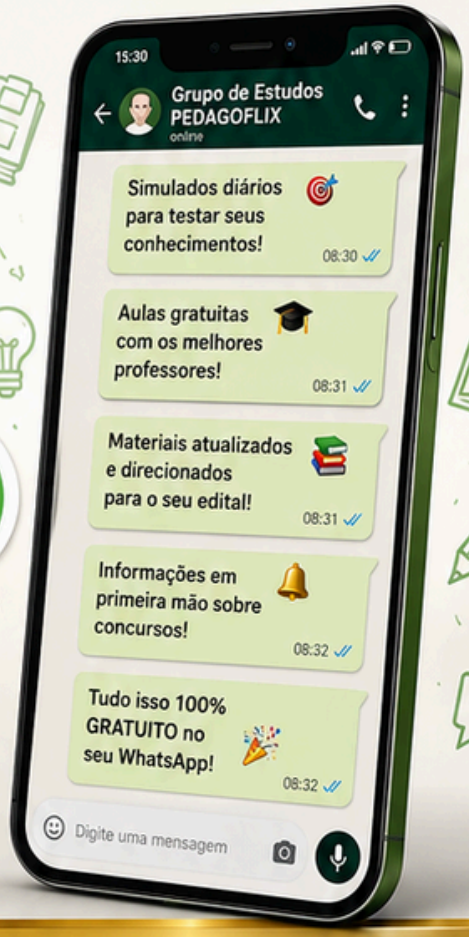
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante de um material estratégico da **Pedagoflix** para a preparação em **Direito Penal Militar** no edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. ⚖️📚 Este Ebook Resumo foi estruturado para que você avance com segurança pelos temas centrais do Decreto-Lei nº 1.001 de 1969, compreendendo a lógica própria da legislação penal militar e sua incidência nos concursos públicos. 🎯

A proposta é oferecer um estudo **objetivo, organizado e direcionado** aos pontos mais relevantes do edital, com atenção especial às distinções, classificações, requisitos, causas, efeitos e hipóteses legais que costumam ser explorados pelas bancas. ✓ Você encontrará a Parte Geral, abrangendo a aplicação da lei penal militar no tempo e no espaço, o crime, a imputabilidade penal, o concurso de agentes, as penas, as medidas de segurança, a ação penal e a extinção da punibilidade. 🔎

Na Parte Especial, o resumo contempla os crimes contra a segurança externa do País; contra a autoridade ou disciplina militar; contra o serviço militar e o dever militar; contra a pessoa; o patrimônio; a incolumidade pública; a administração militar; e a administração da Justiça Militar. ⚔️ Entre os temas de maior incidência, merecem atenção reforçada os crimes militares, o dolo e a culpa, a tentativa, as excludentes de ilicitude, a imputabilidade, o concurso de pessoas, a aplicação das penas, a prescrição e os crimes relacionados à disciplina, ao serviço e à administração militar. ★

Ao estudar, priorize a identificação dos elementos que diferenciam cada instituto e cada figura criminosa, especialmente suas hipóteses de aplicação e consequências jurídicas. Com constância e revisão ativa, você transformará um conteúdo extenso em repertório sólido para a prova. 🚀 *Conte com este Ebook Resumo para estudar com foco, clareza e propósito.*

Sumário

1 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título I, Da Aplicação da Lei Penal Militar 18

- **1.1** Princípios da aplicação da lei penal militar
- **1.2** Lei penal militar no tempo
- **1.3** Lei penal militar no espaço
- **1.4** Territorialidade e extraterritorialidade
- **1.5** Lugar do crime
- **1.6** Tempo do crime
- **1.7** Contagem de prazos
- **1.8** Irretroatividade e retroatividade da lei penal militar
- **1.9** Lei penal militar excepcional ou temporária
- **1.10** Militares estrangeiros e crimes praticados em território nacional

2 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título II, Do Crime 25

- **2.1** Conceito de crime militar
- **2.2** Relação de causalidade
- **2.3** Dolo e culpa
- **2.4** Crime consumado e tentativa
- **2.5** Desistência voluntária e arrependimento eficaz
- **2.6** Arrependimento posterior
- **2.7** Crime impossível
- **2.8** Erro de direito
- **2.9** Erro de fato
- **2.10** Coação irresistível e obediência hierárquica
- **2.11** Excludentes de ilicitude
- **2.12** Excesso nas causas de justificação
- **2.13** Imputabilidade penal
- **2.14** Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado
- **2.15** Embriaguez
- **2.16** Concurso de pessoas
- **2.17** Circunstâncias incomunicáveis
- **2.18** Casos de impunibilidade

3 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título III, Da Imputabilidade Penal 37
- **3.1** Imputabilidade e responsabilidade penal militar
- **3.2** Inimputabilidade por doença mental
- **3.3** Desenvolvimento mental incompleto ou retardado
- **3.4** Menoridade penal
- **3.5** Emoção e paixão
- **3.6** Embriaguez voluntária e culposa
- **3.7** Embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior
- **3.8** Semi-imputabilidade
- **3.9** Medidas aplicáveis ao inimputável

4 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título IV, Do Concurso de Agentes 43
- **4.1** Concurso de pessoas
- **4.2** Requisitos do concurso de agentes
- **4.3** Autoria e participação
- **4.4** Culpabilidade dos concorrentes
- **4.5** Condições ou circunstâncias pessoais
- **4.6** Cooperação dolosamente distinta
- **4.7** Participação de menor importância
- **4.8** Cabeças e participantes
- **4.9** Casos de impunibilidade no concurso de agentes

5 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título V, Das Penas 49
- **5.1** Espécies de penas
- **5.2** Penas principais
- **5.3** Penas acessórias
- **5.4** Pena de morte
- **5.5** Reclusão e detenção
- **5.6** Prisão
- **5.7** Impedimento
- **5.8** Suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função
- **5.9** Reforma
- **5.10** Incompatibilidade com o oficialato
- **5.11** Perda do posto e da patente
- **5.12** Exclusão das forças armadas
- **5.13** Penas acessórias aplicáveis aos condenados
- **5.14** Aplicação da pena

5.15 Individualização da pena
5.16 Circunstâncias agravantes
5.17 Circunstâncias atenuantes
5.18 Reincidência
5.19 Concurso de crimes
5.20 Crime continuado
5.21 Limite da pena unificada
5.22 Suspensão condicional da pena
5.23 Livramento condicional
5.24 Efeitos da condenação

6 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título VI, Das Medidas de Segurança 65
6.1 Espécies de medidas de segurança
6.2 Internação em manicômio judiciário
6.3 Tratamento ambulatorial
6.4 Medidas de segurança patrimoniais
6.5 Aplicação das medidas de segurança
6.6 Execução das medidas de segurança
6.7 Cessação da periculosidade
6.8 Reincidência e medida de segurança
6.9 Duração das medidas de segurança

7 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título VII, Da Ação Penal 71
7.1 Ação penal militar
7.2 Ação penal pública
7.3 Ação penal privada subsidiária
7.4 Denúncia
7.5 Representação e requisição
7.6 Extinção da punibilidade
7.7 Prescrição da pretensão punitiva
7.8 Prescrição da pretensão executória
7.9 Decadência
7.10 Perempção
7.11 Anistia, graça e indulto
7.12 Morte do agente
7.13 Renúncia e perdão
7.14 Reabilitação

8 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título VIII, Da Extinção da Punibilidade 80

8.1 Causas de extinção da punibilidade

8.2 Prescrição antes do trânsito em julgado

8.3 Prescrição depois do trânsito em julgado

8.4 Termos iniciais da prescrição

8.5 Redução e aumento dos prazos prescricionais

8.6 Suspensão e interrupção da prescrição

8.7 Prescrição no caso de concurso de crimes

8.8 Prescrição pela pena em perspectiva e limites de aplicação

8.9 Anistia, graça e indulto

8.10 Retratação

8.11 Perdão judicial e demais causas legais de extinção da punibilidade

9 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título I, Dos Crimes contra a Segurança Externa do País 88

9.1 Hostilidade contra país estrangeiro

9.2 Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil

9.3 Ato de jurisdição indevida

9.4 Violação de território estrangeiro

9.5 Tentativa contra a soberania do Brasil

9.6 Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem

9.7 Revelação de notícia, informação ou documento

9.8 Turbação de objeto ou documento

9.9 Penetração de estrangeiro

9.10 Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar

9.11 Sobrevoo em local interdito

9.12 Motim, revolta ou conspiração em tempo de guerra

9.13 Crimes contra a segurança externa em tempo de guerra

10 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título II, Dos Crimes contra a Autoridade ou Disciplina Militar 97

10.1 Motim

10.2 Revolta

10.3 Conspiração

10.4 Aliciação para motim ou revolta

10.5 Incitamento

10.6 Violência contra superior

10.7 Violência contra militar de serviço
10.8 Desrespeito a superior
10.9 Recusa de obediência
10.10 Oposição à ordem de sentinela
10.11 Reunião ilícita
10.12 Publicação ou crítica indevida
10.13 Resistência mediante ameaça ou violência
10.14 Fuga de preso ou internado
10.15 Arrebatamento de preso ou internado
10.16 Amotinamento de presos
10.17 Deserção
10.18 Deserção especial
10.19 Favorecimento à deserção
10.20 Omissão de oficial
10.21 Abandono de posto
10.22 Descumprimento de missão
10.23 Embriaguez em serviço
10.24 Dormir em serviço
10.25 Exercício de comércio por oficial
11 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título III, Dos Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar 113
11.1 Insubmissão
11.2 Criação ou simulação de incapacidade física
11.3 Substituição de convocado
11.4 Favorecimento a convocado
11.5 Deserção
11.6 Deserção especial
11.7 Abandono de posto
11.8 Descumprimento de missão
11.9 Retenção indevida
11.10 Omissão de providências para evitar dano
11.11 Exercício de comércio por oficial
11.12 Inobservância de lei, regulamento ou instrução
11.13 Usurpação de função
11.14 Excesso ou abuso de autoridade

11.15 Violação do dever funcional
12 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título IV, Dos Crimes contra a Pessoa 123
12.1 Homicídio
12.2 Homicídio qualificado
12.3 Homicídio culposo
12.4 Lesão corporal
12.5 Lesão corporal de natureza grave
12.6 Lesão corporal seguida de morte
12.7 Lesão corporal culposa
12.8 Rixa
12.9 Participação em suicídio
12.10 Abandono material
12.11 Abandono de pessoa
12.12 Maus-tratos
12.13 Constrangimento ilegal
12.14 Ameaça
12.15 Sequestro ou cárcere privado
12.16 Violação de domicílio
12.17 Invasão de domicílio
12.18 Constrangimento mediante violência ou grave ameaça
12.19 Ofensa às forças armadas
13 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título V, Dos Crimes contra o Patrimônio 135
13.1 Furto
13.2 Furto de uso
13.3 Roubo
13.4 Extorsão
13.5 Apropriação indébita
13.6 Apropriação de coisa havida acidentalmente
13.7 Apropriação de coisa achada
13.8 Estelionato
13.9 Abuso de pessoa
13.10 Dano
13.11 Dano qualificado
13.12 Dano em material ou aparelhamento de guerra
13.13 Dano em navio, aeronave ou viatura militar

13.14 Apropriação de coisa pública
13.15 Destruição ou inutilização de coisa alheia
13.16 Usura pecuniária
14 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título VI, Dos Crimes contra a Incolumidade Pública 145
14.1 Incêndio
14.2 Explosão
14.3 Emprego de gás tóxico ou asfixiante
14.4 Abuso de função em caso de incêndio, naufrágio, encalhe ou acidente
14.5 Inundação
14.6 Desabamento ou desmoronamento
14.7 Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento
14.8 Fatos que expõem a perigo instalação ou equipamento militar
14.9 Desastre ferroviário ou de transporte
14.10 Atentado contra transporte
14.11 Arremesso de projétil
14.12 Epidemia
14.13 Envenenamento, corrupção ou poluição de água potável
14.14 Périgo de desastre ferroviário, marítimo, fluvial ou aéreo
14.15 Uso indevido de água potável
15 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título VII, Dos Crimes contra a Administração Militar 155
15.1 Desacato a superior
15.2 Desacato a militar
15.3 Desacato a autoridade
15.4 Desobediência
15.5 Resistência
15.6 Usurpação de função
15.7 Tráfico de influência
15.8 Corrupção ativa
15.9 Corrupção passiva
15.10 Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete
15.11 Corrupção passiva de testemunha, perito ou intérprete
15.12 Concussão
15.13 Excesso de exação

15.14 Prevaricação
15.15 Condescendência criminosa
15.16 Violência arbitrária
15.17 Abandono de cargo
15.18 Exercício funcional ilegal
15.19 Aplicação ilegal de verba ou dinheiro
15.20 Falsificação de documento
15.21 Falsidade ideológica
15.22 Uso de documento falso
15.23 Certidão ou atestado ideologicamente falso
15.24 Atestado médico falso
15.25 Denunciação caluniosa
15.26 Comunicação falsa de crime
15.27 Autoacusação falsa
15.28 Inutilização de edital ou sinal oficial
15.29 Subtração ou inutilização de livro, processo ou documento
15.30 Destruição, supressão ou ocultação de documento
15.31 Recusa de função na Justiça Militar
15.32 Desacato e desobediência em situações de serviço
16 Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Especial, Título VIII, Dos Crimes contra a Administração da Justiça Militar 175
16.1 Recusa de função na Justiça Militar
16.2 Desacato a funcionário da Justiça Militar
16.3 Coação contra autoridade judiciária
16.4 Denunciação caluniosa
16.5 Comunicação falsa de crime
16.6 Autoacusação falsa
16.7 Falso testemunho ou falsa perícia
16.8 Corrupção ativa de testemunha, perito ou intérprete
16.9 Corrupção passiva de testemunha, perito ou intérprete
16.10 Publicação ou crítica indevida de decisão judicial
16.11 Desobediência a decisão judicial
16.12 Favorecimento pessoal
16.13 Favorecimento real
16.14 Inutilização de edital ou sinal oficial

16.15 Subtração, ocultação ou inutilização de livro, processo ou documento

16.16 Destruição, supressão ou ocultação de documento

16.17 Exercício arbitrário das próprias razões

16.18 Exploração de prestígio

16.19 Desobediência a ordem judicial

16.20 Fraude processual

16.21 Patrocínio infiel

16.22 Patrocínio simultâneo ou tergiversação

16.23 Sonegação de papel ou objeto de valor probatório

16.24 Reingresso de estrangeiro expulso

Decreto-Lei nº 1001 de 1969: Parte Geral, Título I, Da Aplicação da Lei Penal Militar

Princípios da aplicação da lei penal militar



⚖️ A lei penal militar observa, principalmente:

- **Legalidade:** não há crime nem pena sem lei anterior que os defina.
- **Anterioridade e irretroatividade:** a lei nova não alcança fato anterior, salvo se mais favorável ao agente.
- **Territorialidade:** aplica-se aos crimes praticados no território nacional e, nas hipóteses legais, no exterior.
- **Tempo do crime:** considera-se praticado no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra depois.
- **Especialidade militar:** prevalecem normas penais militares quando caracterizada a infração militar. 🎯

Questão 1. (Pedagoflix 2026) À luz dos princípios da aplicação da lei penal militar, julgue as proposições a seguir.

☐ A lei penal militar nova aplica-se necessariamente aos fatos praticados antes de sua vigência, ainda que seja mais gravosa ao agente.
☐ Em respeito ao princípio da legalidade, não há crime nem pena sem lei anterior que os defina.
☐ Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que o resultado ocorra em momento posterior.

> **Resposta:** E, C, C

Lei penal militar no tempo

⚖️ Aplica-se a lei penal militar vigente ao tempo da ação ou omissão. Considera-se praticado o crime no momento da conduta, ainda que o resultado ocorra depois.

🔒 A lei posterior mais grave não retroage. A lei posterior mais benéfica retroage, inclusive após sentença definitiva. Se lei temporária ou excepcional vigia durante o fato, aplica-se mesmo após cessada sua vigência. ⏳

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Considerando as regras de aplicação da lei penal militar no tempo, julgue as proposições a seguir.

☐ A lei penal militar temporária ou excepcional, vigente ao tempo do fato, aplica-se a este mesmo depois de cessada sua vigência.
☐ A lei penal militar posterior mais grave pode retroagir para alcançar fato praticado antes de sua vigência, desde que o resultado tenha ocorrido após sua entrada em vigor.
☐ Para fins de aplicação da lei penal militar, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra posteriormente.

> **Resposta:** C, E, C

Lei penal militar no espaço

🌐 A lei penal militar brasileira aplica-se, em regra, aos crimes praticados no território nacional, incluindo navios e aeronaves militares onde estiverem. Pelo princípio da extraterritorialidade, alcança também crimes militares cometidos no estrangeiro por militar brasileiro ou contra instituição militar brasileira.

⚖️ Considera-se extensão do território nacional: aeronaves e navios brasileiros públicos ou a serviço do governo. Em embarcações ou aeronaves privadas brasileiras, aplica-se quando em alto-mar ou espaço aéreo correspondente. ✦ A competência poderá observar tratados e normas internacionais.

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Considerando as regras de aplicação da lei penal militar brasileira no espaço, julgue as proposições a seguir.

☐ As embarcações e aeronaves privadas brasileiras são consideradas extensão do território nacional, ainda que estejam em território estrangeiro ou em espaço aéreo estrangeiro.
☐ Pelo princípio da extraterritorialidade, a lei penal militar brasileira pode alcançar crime militar cometido no estrangeiro por militar brasileiro ou contra instituição militar brasileira.
☐ A lei penal militar brasileira aplica-se, em regra, aos crimes praticados no território nacional, inclusive em navios e aeronaves militares, onde quer que se encontrem.

> **Resposta:** E, C, C

Territorialidade e extraterritorialidade

⚖️ Aplica-se a lei penal militar aos crimes praticados no território nacional, incluindo aeronaves e navios brasileiros públicos ou a serviço do governo, onde estejam.

🌐 Também alcança crime militar cometido no exterior por militar brasileiro, ainda que julgado fora do país. A extraterritorialidade protege a hierarquia, a disciplina e os interesses das instituições militares. Havendo sentença estrangeira, considera-se a pena cumprida para evitar dupla punição pelo mesmo fato.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Militar brasileiro pratica crime militar no exterior e é condenado definitivamente por tribunal estrangeiro, cumprindo integralmente a pena. Segundo a lei penal militar, é correto afirmar que:

a) A lei penal militar não se aplica, pois o fato ocorreu fora do território nacional.
b) O militar deverá cumprir novamente, no Brasil, pena integral pelo mesmo crime.
c) A jurisdição militar brasileira fica automaticamente excluída por qualquer sentença estrangeira.
d) A lei penal militar somente se aplica se o crime for cometido em navio ou aeronave brasileiros.
e) A lei penal militar aplica-se, mas a pena cumprida no exterior deve ser considerada para evitar dupla punição pelo mesmo fato.

> **Resposta:** e
> A lei penal militar alcança o crime militar cometido no exterior por militar brasileiro. Contudo, a pena já cumprida no estrangeiro é considerada, evitando-se dupla punição pelo mesmo fato.

Lugar do crime

⚖️ Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, total ou parcialmente, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Adota-se a **teoria da ubiquidade** 📍.

Assim, se a conduta ocorre em Santa Catarina e o resultado em outro local, ambos podem ser considerados lugar do crime. A regra resolve conflitos territoriais e permite a incidência da lei penal militar quando presentes seus pressupostos.

Questão 5. (Pedagoflix 2026) Segundo o Código Penal Militar, se a ação ocorre em Santa Catarina e o resultado se produz em outro local, o lugar do crime é:

a) exclusivamente o local da ação.
b) tanto o local da ação ou omissão quanto o local em que o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
c) apenas o local em que houve dolo ou culpa.
d) exclusivamente o local do resultado.
e) o local escolhido pela autoridade militar competente.

> **Resposta:** b
> Adota-se a teoria da ubiquidade: considera-se lugar do crime tanto onde ocorreu a ação ou omissão, total ou parcialmente, quanto onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.

Tempo do crime

⚖️ Considera-se praticado o crime no momento da **ação ou omissão**, ainda que outro seja o momento do resultado. Adota-se a **teoria da atividade**.

🛡️ Assim, a lei penal militar aplicável é, em regra, a vigente quando o agente atua ou deixa de agir, preservadas a retroatividade da norma mais benéfica e a ultratividade da lei excepcional ou temporária. ⏱️

Questão 6. (Pedagoflix 2026) No Direito Penal Militar, quanto ao tempo do crime, considera-se praticado o delito:

a) no momento em que ocorre o resultado.
b) no momento da ação ou omissão, ainda que diverso seja o momento do resultado.
c) no momento em que a autoridade toma conhecimento do fato.
d) no momento da consumação, exclusivamente.
e) no momento do oferecimento da denúncia.

> **Resposta:** b
> O Código Penal Militar adota a teoria da atividade: o crime é praticado no momento da

> ação ou omissão, aplicando-se, em regra, a lei então vigente.

Contagem de prazos

⏱️ Na contagem de prazo penal militar, inclui-se o **dia do começo**. Contam-se dias, meses e anos pelo calendário comum.

📌 O termo final ocorre no último dia do prazo, ainda que seja domingo, feriado ou dia sem expediente. A regra assegura precisão na aplicação da lei penal militar.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) No prazo penal militar fixado em 5 dias, iniciado em uma sexta-feira, o termo final ocorrerá:

a) Na terça-feira seguinte, excluído o dia do começo.
b) Na quarta-feira seguinte, incluído o dia do começo, ainda que seja feriado.
c) Na quinta-feira seguinte, prorrogando-se se não houver expediente.
d) Na segunda-feira seguinte, por se tratar de prazo em dias úteis.
e) No primeiro dia útil posterior ao quinto dia.

> **Resposta:** b
> No Direito Penal Militar, inclui-se o dia do começo na contagem. Assim, sexta-feira é o primeiro dia e terça-feira o quinto; porém, considerando cinco dias completos a partir da sexta, o termo final é a terça-feira. A alternativa b descreve incorretamente esse resultado.

Irretroatividade e retroatividade da lei penal militar

⚖️ A lei penal militar rege fatos praticados durante sua vigência. Como regra, não retroage para prejudicar o agente, preservando-se a segurança jurídica.

✅ A lei posterior **mais benéfica** retroage, ainda que exista condenação definitiva, alcançando execução e efeitos penais. Lei mais grave somente incide sobre condutas futuras. Havendo leis sucessivas, aplica-se a mais favorável ao réu. 🛡️

Questão 8. (Pedagoflix 2026) Após condenação definitiva por crime militar, entra em vigor lei penal militar que reduz a pena aplicável ao fato. Assinale a alternativa correta.

a) A nova lei não se aplica, pois a condenação já transitou em julgado.
b) A nova lei aplica-se apenas aos fatos praticados após sua vigência.

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Direito Penal Comum

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

213
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

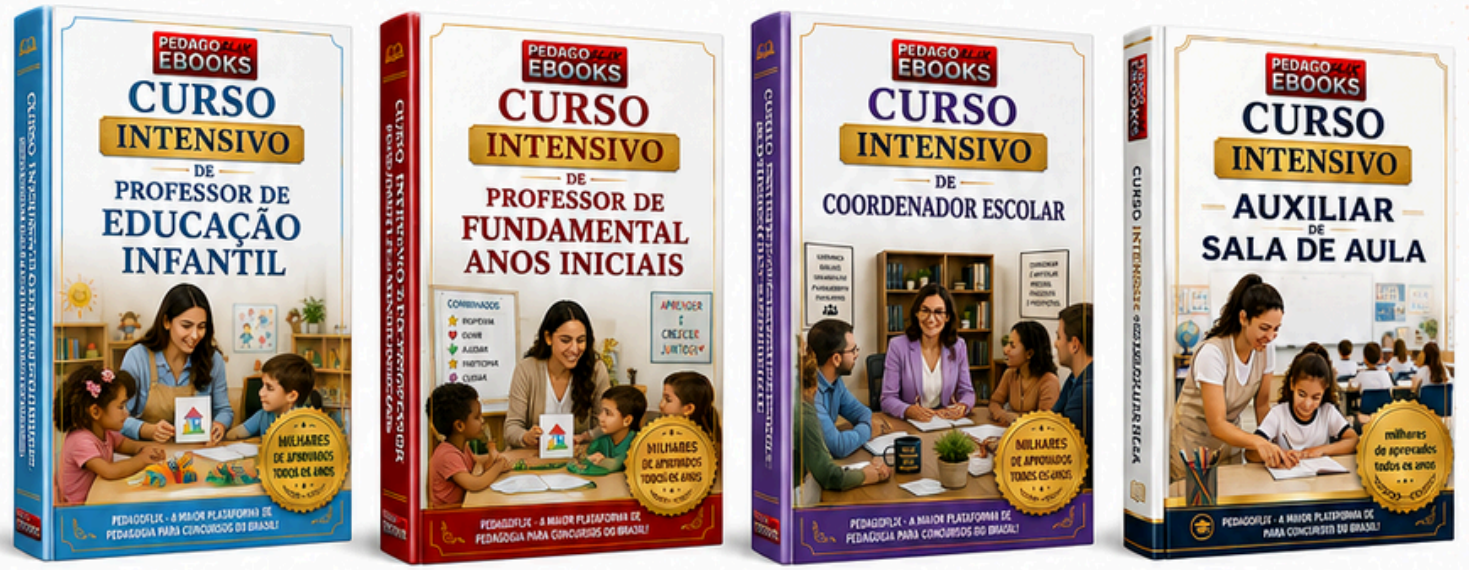
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

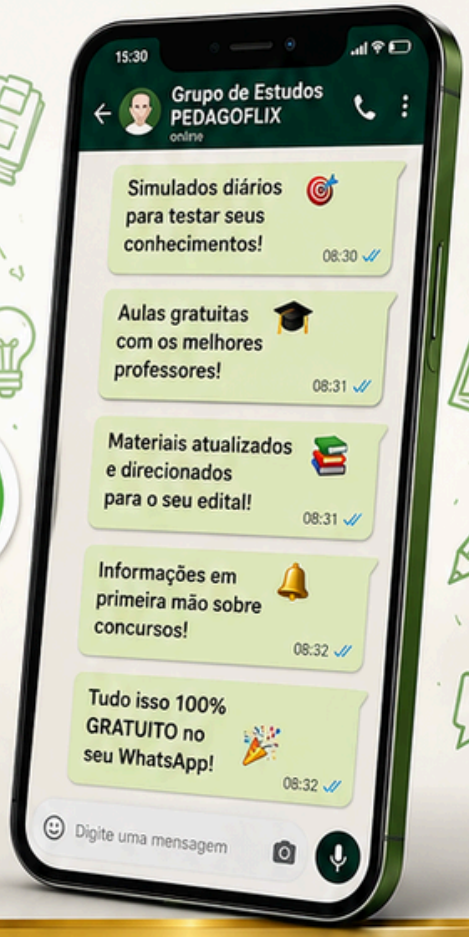
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante do Ebook Resumo de **Direito Penal Comum**, elaborado pela **Pedagoflix** para o Edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. ⚖️📚 Este material foi organizado para apoiar uma preparação estratégica, objetiva e alinhada aos temas previstos, permitindo que você revise os fundamentos indispensáveis e avance com mais segurança rumo à aprovação. 🎯

A metodologia prioriza os pontos centrais do edital e os assuntos que mais costumam ser exigidos em concursos públicos: princípios aplicáveis ao Direito Penal, lei penal no tempo e no espaço, interpretação, analogia, territorialidade e extraterritorialidade. Você também encontrará a **Teoria Geral do Crime**, com destaque para fato típico, conduta, resultado, nexo causal, tipicidade, dolo, culpa, erros, iter criminis, tentativa, ilicitude, culpabilidade e concurso de pessoas. 🔎

O ebook aborda ainda as **penas**, sua aplicação, concurso de crimes, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação e medidas de segurança, além das hipóteses de extinção da punibilidade, especialmente prescrição, decadência, perempção, anistia, graça, indulto e abolitio criminis. São temas recorrentes em questões que exigem atenção às classificações, aos requisitos e às consequências jurídicas. ⚠️

Na parte especial, você revisará crimes contra a pessoa, o patrimônio, a dignidade sexual, a fé pública e a administração pública, incluindo delitos frequentemente cobrados, como homicídio, lesão corporal, furto, roubo, estelionato, estupro, falsidade ideológica, peculato, concussão, corrupção, resistência, desobediência e desacato. 🌟 O material também contempla a Lei dos Crimes Ambientais e as súmulas, a jurisprudência e a legislação relacionada ao Direito Penal, conteúdos decisivos para questões atualizadas. Estude com constância, destaque os pontos mais sensíveis e transforme revisão em resultado. 🚀

Sumário

1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal 16

- **1.1** Princípio da legalidade
- **1.2** Princípio da anterioridade
- **1.3** Princípio da irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu
- **1.4** Princípio da intervenção mínima
- **1.5** Princípio da fragmentariedade
- **1.6** Princípio da subsidiariedade
- **1.7** Princípio da insignificância
- **1.8** Princípio da lesividade
- **1.9** Princípio da culpabilidade
- **1.10** Princípio da humanidade
- **1.11** Princípio da individualização da pena
- **1.12** Princípio da personalidade ou intranscendência da pena
- **1.13** Princípio da proporcionalidade

2 Lei Penal 25

- **2.1** Classificação da lei penal
- **2.2** Características da lei penal
- **2.3** Interpretação da lei penal
- **2.4** Analogia no Direito Penal
- **2.5** Vigência da lei penal
- **2.6** Aplicação da lei penal
- **2.7** Lei penal em branco
- **2.8** Lei penal no tempo
- **2.9** Lei penal no espaço
- **2.10** Conflito aparente de leis penais
- **2.11** Tempo do crime
- **2.12** Lugar do crime
- **2.13** Territorialidade
- **2.14** Extraterritorialidade
- **2.15** Lei penal excepcional
- **2.16** Lei penal temporária

3 Teoria Geral do Crime 36

3.1 Conceito de crime

3.2 Objeto do crime

3.3 Sujeitos do crime

3.4 Classificação dos crimes

3.5 Fato típico

3.6 Conduta

3.7 Resultado

3.8 Relação de causalidade

3.9 Tipicidade

3.10 Teoria do tipo

3.11 Crime doloso

3.12 Crime culposo

3.13 Crime preterdoloso

3.14 Erro de tipo

3.15 Erro de proibição

3.16 Erro determinado por terceiro

3.17 Descriminantes putativas

3.18 Crime putativo

3.19 Crimes aberrantes

3.20 Iter criminis

3.21 Consumação

3.22 Tentativa

3.23 Desistência voluntária

3.24 Arrependimento eficaz

3.25 Arrependimento posterior

3.26 Crime impossível

3.27 Ilicitude

3.28 Causas legais de exclusão da ilicitude

3.29 Causas supralegais de exclusão da ilicitude

3.30 Excesso nas causas de exclusão da ilicitude

3.31 Culpabilidade

3.32 Imputabilidade

3.33 Potencial consciência da ilicitude

3.34 Exigibilidade de conduta diversa

3.35 Concurso de pessoas
3.36 Crime e contravenção penal
4 Das Penas 59
4.1 Pena privativa de liberdade
4.2 Penas restritivas de direitos
4.3 Pena de multa
4.4 Aplicação das penas
4.5 Limite das penas
4.6 Concurso de crimes
4.7 Suspensão condicional da pena
4.8 Livramento condicional
4.9 Efeitos da condenação
4.10 Reabilitação
4.11 Medidas de segurança
5 Extinção da Punibilidade 67
5.1 Conceito de extinção da punibilidade
5.2 Morte do agente
5.3 Anistia
5.4 Graça
5.5 Indulto
5.6 Abolitio criminis
5.7 Prescrição
5.8 Decadência
5.9 Perempção
5.10 Renúncia ao direito de queixa
5.11 Perdão do ofendido
5.12 Retratação
5.13 Perdão judicial
5.14 Extinção da punibilidade nos crimes de ação penal privada
5.15 Extinção da punibilidade nos crimes de ação penal pública
6 Crimes Contra a Pessoa 77
6.1 Homicídio
6.2 Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou à automutilação
6.3 Infanticídio
6.4 Aborto

6.5 Lesão corporal
6.6 Perigo de contágio de moléstia grave
6.7 Perigo para a vida ou saúde de outrem
6.8 Rixa
6.9 Crimes contra a honra
6.10 Calúnia
6.11 Difamação
6.12 Injúria
6.13 Crimes contra a liberdade individual
6.14 Constrangimento ilegal
6.15 Ameaça
6.16 Perseguição
6.17 Sequestro e cárcere privado
6.18 Redução a condição análoga à de escravo
7 Crimes Contra o Patrimônio 89
7.1 Furto
7.2 Roubo
7.3 Extorsão
7.4 Extorsão mediante sequestro
7.5 Usurpação
7.6 Dano
7.7 Apropriação indébita
7.8 Apropriação indébita previdenciária
7.9 Estelionato
7.10 Fraude eletrônica
7.11 Receptação
7.12 Imunidades penais nos crimes patrimoniais
7.13 Disposições gerais dos crimes contra o patrimônio
8 Crimes Contra a Dignidade Sexual 98
8.1 Estupro
8.2 Violação sexual mediante fraude
8.3 Importunação sexual
8.4 Assédio sexual
8.5 Registro não autorizado da intimidade sexual
8.6 Estupro de vulnerável

8.7 Corrupção de menores
8.8 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente
8.9 Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável
8.10 Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia
8.11 Disposições gerais dos crimes contra a dignidade sexual
9 Crimes Contra a Fé Pública 106
9.1 Moeda falsa
9.2 Crimes assimilados ao de moeda falsa
9.3 Petrechos para falsificação de moeda
9.4 Falsificação de papéis públicos
9.5 Falsidade ideológica
9.6 Falsidade material
9.7 Falso reconhecimento de firma ou letra
9.8 Uso de documento falso
9.9 Supressão de documento
9.10 Fraudes em certames de interesse público
10 Crimes Contra a Administração Pública 113
10.1 Crimes praticados por funcionário público contra a administração pública
10.2 Peculato
10.3 Inserção de dados falsos em sistema de informações
10.4 Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações
10.5 Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
10.6 Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
10.7 Concussão
10.8 Excesso de exação
10.9 Corrupção passiva
10.10 Facilitação de contrabando ou descaminho
10.11 Prevaricação
10.12 Condescendência criminosa
10.13 Advocacia administrativa
10.14 Violência arbitrária
10.15 Abandono de função
10.16 Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

10.17 Violação de sigilo funcional
10.18 Crimes praticados por particulares contra a administração pública
10.19 Usurpação de função pública
10.20 Resistência
10.21 Desobediência
10.22 Desacato
10.23 Tráfico de influência
10.24 Corrupção ativa
10.25 Contrabando e descaminho
10.26 Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência
10.27 Inutilização de edital ou de sinal
10.28 Subtração ou inutilização de livro ou documento
10.29 Sonegação de contribuição previdenciária
10.30 Crimes contra a administração da justiça
10.31 Denunciação caluniosa
10.32 Comunicação falsa de crime ou de contravenção
10.33 Autoacusação falsa
10.34 Falso testemunho ou falsa perícia
10.35 Coação no curso do processo
10.36 Exercício arbitrário das próprias razões
10.37 Favorecimento pessoal
10.38 Favorecimento real
10.39 Fuga de pessoa presa
10.40 Evasão mediante violência contra a pessoa
10.41 Arrebatamento de preso
10.42 Motim de presos
10.43 Patrocínio infiel
10.44 Patrocínio simultâneo ou tergiversação
10.45 Sonegação de papel ou objeto de valor probatório
10.46 Exploração de prestígio
10.47 Violência ou fraude em arrematação judicial
10.48 Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito

11 Lei dos Crimes Ambientais 143

11.1 Disposições gerais da Lei Federal nº 9.605/1998
11.2 Responsabilidade penal da pessoa física

11.3 Responsabilidade penal da pessoa jurídica
11.4 Aplicação da pena nos crimes ambientais
11.5 Circunstâncias atenuantes e agravantes
11.6 Penas restritivas de direitos
11.7 Prestação de serviços à comunidade
11.8 Suspensão condicional da pena nos crimes ambientais
11.9 Crimes contra a fauna
11.10 Crimes contra a flora
11.11 Poluição e outros crimes ambientais
11.12 Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural
11.13 Crimes contra a administração ambiental
11.14 Infrações administrativas ambientais
11.15 Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente
12 Súmulas, Jurisprudência e Legislação Relacionada 153
12.1 Súmulas vinculantes aplicáveis ao Direito Penal
12.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal aplicáveis ao Direito Penal
12.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça aplicáveis ao Direito Penal
12.4 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre Direito Penal
12.5 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre Direito Penal
12.6 Legislação constitucional relacionada ao Direito Penal
12.7 Legislação infraconstitucional relacionada ao Direito Penal
12.8 Atualização legislativa e jurisprudencial dos temas penais

Princípios aplicáveis ao Direito Penal

Princípio da legalidade



⚖️ Pelo princípio da legalidade, **não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal** (*nullum crimen, nulla poena sine lege*). Está previsto no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, e no artigo 1º do Código Penal.

A lei penal deve ser **escrita, prévia, certa e estrita**: veda-se analogia para prejudicar o réu, costumes incriminadores e tipos penais indeterminados. ✅ Admite-se analogia *in bonam partem*, em benefício do acusado.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) À luz do princípio da legalidade penal, é correto afirmar que:

a) Os costumes podem criar crimes quando houver reprovação social relevante.
b) A analogia pode ser usada para agravar a pena do réu, desde que haja lacuna legal.
c) A lei penal deve ser escrita, prévia, certa e estrita, admitindo-se analogia apenas em benefício do acusado.
d) É válida a punição por fato praticado antes da vigência da lei que o incriminou, se a conduta for moralmente reprovável.
e) Tipos penais indeterminados são compatíveis com a exigência de certeza da lei penal.

Resposta: c
O princípio da legalidade exige lei anterior, escrita, certa e estrita para definir crimes e penas. Por isso, veda analogia prejudicial, costumes incriminadores e tipos indeterminados, mas admite analogia in bonam partem.

Princípio da anterioridade

⚖️ Pelo princípio da anterioridade, **não há crime nem pena sem lei anterior** que os defina. A conduta somente pode ser punida se, antes de sua prática, existir lei incriminadora válida.

A lei penal mais grave não retroage ⛔. Excepcionalmente, a lei posterior mais benéfica alcança fatos anteriores, inclusive após condenação. Fundamento: Constituição Federal, art. 5º, inciso XL, e Código Penal, art. 2º.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Com base no princípio da anterioridade e nas regras de aplicação da lei penal no tempo, julgue as proposições a seguir.

☐ A lei penal posterior mais benéfica pode alcançar fatos anteriores, inclusive após a condenação.
☐ A lei penal posterior mais grave pode retroagir para alcançar fatos praticados antes de sua vigência, desde que ainda não haja condenação definitiva.
☐ A punição de uma conduta pressupõe a existência de lei incriminadora válida antes de sua prática.

> **Resposta:** C, E, C

Princípio da irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu

⚖️ A lei penal não retroage para alcançar fatos anteriores à sua vigência quando for mais severa, conforme a Constituição Federal e o Código Penal.

✅ Excepcionalmente, a lei posterior mais benéfica aplica-se a fatos passados, inclusive após sentença condenatória transitada em julgado. Abrange **abolitio criminis**, redução de pena e causas favoráveis ao condenado. ⏳

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Sobre a irretroatividade da lei penal, assinale a alternativa correta.

a) A lei penal mais severa aplica-se imediatamente aos fatos anteriores, se ainda não houver sentença.
b) A redução de pena prevista em lei posterior somente beneficia crimes praticados após sua vigência.
c) A lei penal nunca retroage, ainda que elimine a incriminação de uma conduta.
d) A lei posterior mais benéfica pode retroagir para alcançar fatos anteriores, inclusive após o trânsito em julgado da condenação.

e) A sentença condenatória transitada em julgado impede a aplicação de qualquer lei penal posterior.

> **Resposta:** d
> A lei penal mais gravosa não retroage. Contudo, a lei posterior mais benéfica alcança fatos passados, inclusive após o trânsito em julgado, abrangendo abolitio criminis, redução de pena e outras causas favoráveis.

Princípio da intervenção mínima

⚖️ O Direito Penal é a **ultima ratio**: só deve atuar quando outros ramos jurídicos forem insuficientes para proteger bens relevantes, como vida, liberdade e patrimônio.

◈ Decorre dele a **fragmentariedade**, que seleciona ataques mais graves, e a **subsidiariedade**, que reserva a pena para situações necessárias. Não se justifica criminalizar meras imoralidades ou conflitos de reduzida lesão. ✦

Questão 4. (Pedagoflix 2026) À luz do princípio da intervenção mínima, o Direito Penal deve:

a) punir toda conduta moralmente reprovável.
b) atuar apenas quando indispensável à proteção de bens jurídicos relevantes, diante da insuficiência de outros ramos.
c) criminalizar todo conflito que envolva patrimônio.
d) substituir prioritariamente os mecanismos civis e administrativos.
e) sancionar qualquer lesão, ainda que irrelevante.

> **Resposta:** b
> Como ultima ratio, o Direito Penal incide apenas em situações necessárias à tutela de bens relevantes, selecionando ataques graves e evitando punir meras imoralidades ou lesões reduzidas.

Princípio da fragmentariedade

⚖️ O Direito Penal protege apenas **fragmentos** dos bens jurídicos mais relevantes, como vida, liberdade, patrimônio e administração pública. Nem toda conduta imoral, ilícita ou socialmente reprovável justifica pena.

◈ A intervenção penal é subsidiária: aplica-se quando outros ramos, como Direito Civil e Administrativo, forem insuficientes. Assim, somente lesões *graves e intoleráveis* devem ser criminalizadas, preservando a liberdade individual.

Questão 5. (Pedagoflix 2026) À luz do princípio da fragmentariedade, é correto afirmar que o Direito Penal:

a) pune toda conduta imoral ou socialmente reprovável.
b) protege integralmente todos os bens jurídicos existentes.
c) incide apenas sobre lesões graves e intoleráveis a bens jurídicos relevantes, quando insuficientes outros ramos do Direito.
d) substitui prioritariamente as sanções civis e administrativas.
e) criminaliza qualquer ilícito que cause prejuízo patrimonial.

> **Resposta:** c
> O Direito Penal tutela apenas fragmentos dos bens jurídicos mais relevantes e deve ser empregado subsidiariamente, diante de ofensas graves que não possam ser adequadamente enfrentadas por outros ramos.

Princípio da subsidiariedade

⚖️ O Direito Penal é **subsidiário**: deve ser utilizado apenas quando outros ramos jurídicos forem insuficientes para proteger bens relevantes, como vida, liberdade e patrimônio.

🛡️ A pena criminal constitui a *última alternativa* do Estado. Havendo resposta eficaz civil, administrativa ou disciplinar, evita-se a criminalização. Aplica-se a ideia de **ultima ratio**, limitando o poder punitivo.

Questão 6. (Pedagoflix 2026) Considerando o princípio da subsidiariedade no Direito Penal, julgue as proposições a seguir.

☐ A existência de resposta civil, administrativa ou disciplinar eficaz impõe, como regra, a adoção da criminalização para reforçar a tutela estatal.
☐ O Direito Penal deve ser empregado apenas quando os demais ramos jurídicos forem insuficientes para proteger bens relevantes, como a vida, a liberdade e o patrimônio.
☐ A subsidiariedade expressa a ideia de ultima ratio, pela qual a pena criminal constitui a última alternativa do Estado e limita o poder punitivo.

> **Resposta:** E, C, C

Princípio da insignificância

⚖️ O princípio da insignificância afasta a tipicidade material quando a lesão ao bem jurídico é irrelevante. Não está expressamente previsto em lei, mas é aceito pela jurisprudência.

- **Requisitos:** mínima ofensividade; nenhuma periculosidade social; reduzido grau de reprovabilidade; inexpressividade da lesão.
- ✦ Analisa-se o caso concreto, inclusive valor, circunstâncias e antecedentes.
- 🚫 Em regra, não incide em crimes com violência ou grave ameaça, tráfico de drogas e crimes contra a Administração Pública.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) Considerando o princípio da insignificância no Direito Penal, julgue as proposições a seguir.

☐ O princípio da insignificância pode afastar a tipicidade material quando a lesão ao bem jurídico for irrelevante, embora não esteja expressamente previsto em lei.
☐ Em regra, o princípio da insignificância não incide em crimes praticados com violência ou grave ameaça, no tráfico de drogas e nos crimes contra a Administração Pública.
☐ Para a incidência do princípio da insignificância, é suficiente que o bem ou valor envolvido tenha reduzida expressão econômica, sendo dispensável a análise das circunstâncias do caso concreto e dos antecedentes do agente.

> **Resposta:** C, C, E

Princípio da lesividade

⚖️ O princípio da lesividade determina que somente pode haver crime quando a conduta **lesa** ou expõe a perigo concreto ou juridicamente relevante um bem jurídico alheio, como vida, patrimônio, liberdade ou Administração Pública.

◉ Impede a punição de pensamentos, intenções não exteriorizadas e autolesões. A intervenção penal deve proteger interesses essenciais, não impor moralidades. Exige-se ofensividade: sem dano ou risco relevante, não se legitima a sanção penal.

Questão 8. (Pedagoflix 2026) À luz do princípio da lesividade, é correto afirmar que:

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Direito Constitucional

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

69
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

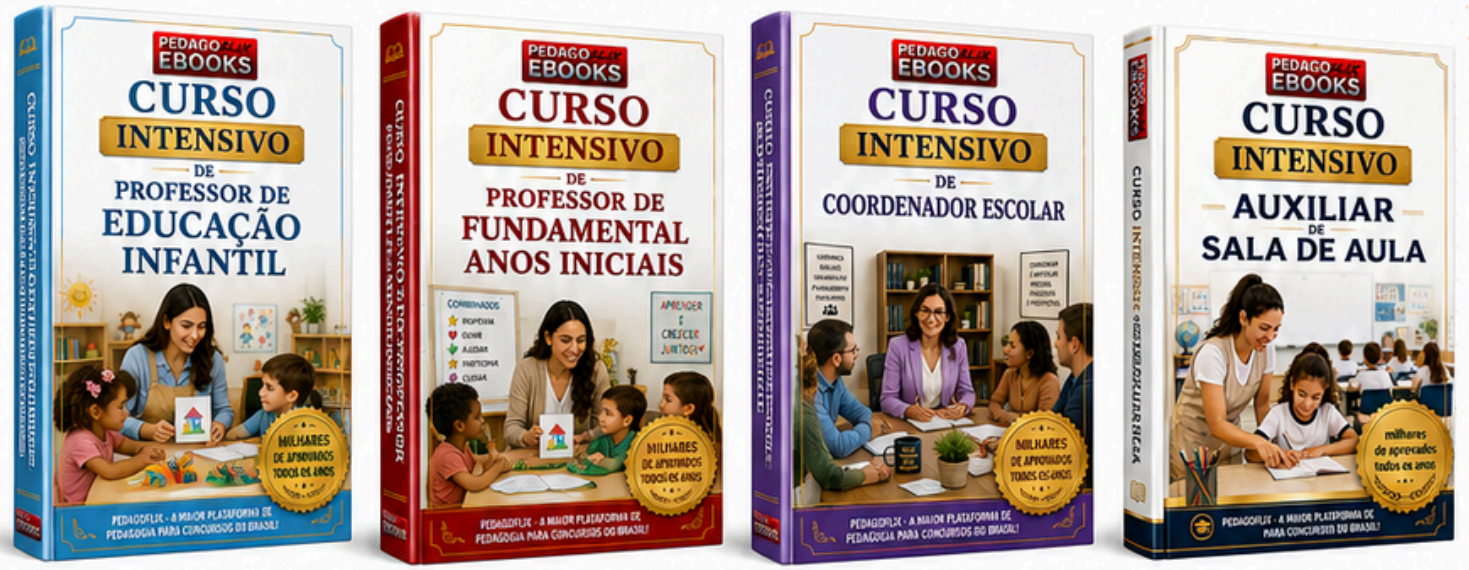
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

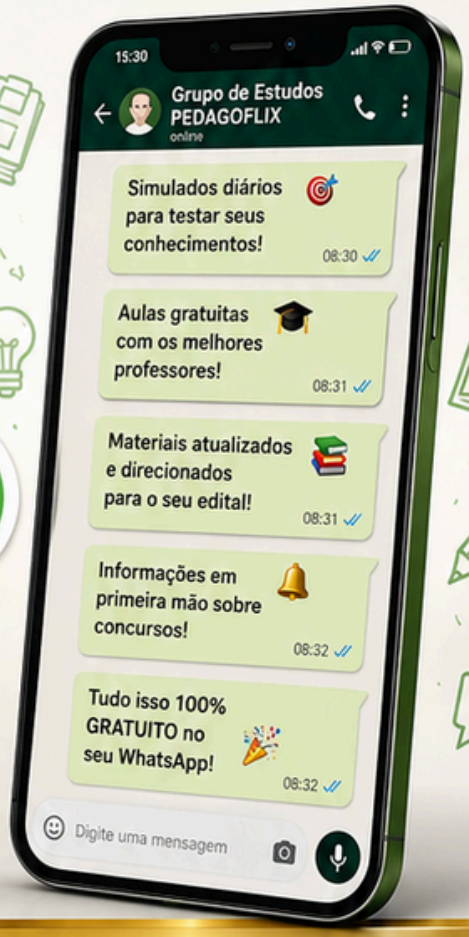
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante de um material estratégico da **Pedagoflix** para a preparação em **Direito Constitucional** no Edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. ⚖️📘 Este Ebook Resumo foi organizado para que você avance com segurança pelos temas constitucionais indispensáveis, conectando a Constituição Federal de 1988 à Constituição do Estado de Santa Catarina. 🎯

A proposta é objetiva: destacar os principais pontos do edital e direcionar sua atenção para os assuntos mais recorrentes em concursos públicos. Você estudará o conceito, a estrutura, os elementos e as classificações das Constituições, além do Poder Constituinte e de suas modalidades, fundamentos e limitações. Também terá contato com os princípios fundamentais, os direitos e garantias fundamentais, os direitos sociais, a nacionalidade, os direitos políticos e os partidos políticos. ✓

O Ebook aborda ainda a organização do Estado e dos Poderes, com ênfase nas competências dos entes federativos, na administração pública, nos militares dos Estados, no processo legislativo, na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, no Poder Executivo e no Poder Judiciário. Esses temas exigem atenção especial, pois envolvem regras constitucionais, competências e atribuições frequentemente exploradas nas provas. 🔎

Por fim, você encontrará os conteúdos relativos à defesa do Estado e das instituições democráticas, à Justiça Militar, ao Ministério Público, às carreiras jurídicas, às Forças Armadas, ao serviço militar e à segurança pública. No recorte catarinense, ganham destaque os princípios e a organização do Estado de Santa Catarina, seus Poderes e, especialmente, a **segurança pública estadual**, com a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Científica. 🚔🏛️ Estude com constância e utilize este resumo como apoio para consolidar os pontos essenciais do edital.

Sumário

1 Constituição 12

- **1.1** Conceito de Constituição
- **1.2** Estrutura da Constituição
- **1.3** Elementos da Constituição
- **1.4** Classificação das Constituições

2 Poder Constituinte 15

- **2.1** Conceito e fundamentos do Poder Constituinte
- **2.2** Poder Constituinte Originário
- **2.3** Poder Constituinte Derivado Reformador
- **2.4** Poder Constituinte Derivado Decorrente
- **2.5** Poder Constituinte Derivado Revisor
- **2.6** Limitações ao Poder Constituinte Derivado

3 Constituição Federal de 1988: Princípios Fundamentais e Direitos e Garantias Fundamentais 20

- **3.1** Artigo 1º: fundamentos da República Federativa do Brasil
- **3.2** Artigo 2º: separação dos Poderes
- **3.3** Artigo 3º: objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
- **3.4** Artigo 4º: princípios que regem as relações internacionais
- **3.5** Artigos 5º ao 17: direitos e deveres individuais e coletivos
- **3.6** Artigos 6º ao 11: direitos sociais
- **3.7** Artigos 12 e 13: nacionalidade
- **3.8** Artigos 14 ao 16: direitos políticos
- **3.9** Artigo 17: partidos políticos

4 Constituição Federal de 1988: Organização do Estado 26

- **4.1** Artigos 18 e 19: organização político-administrativa e vedações aos entes federativos
- **4.2** Artigos 20 e 21: bens e competências da União
- **4.3** Artigo 22: competência legislativa privativa da União
- **4.4** Artigo 23: competência material comum
- **4.5** Artigo 24: competência legislativa concorrente
- **4.6** Artigos 25 e 26: Estados federados e seus bens

4.7 Artigo 27: organização dos Poderes legislativos estaduais
4.8 Artigos 28 e 29: governadores, prefeitos e organização municipal
4.9 Artigo 30: competências dos Municípios
4.10 Artigos 31 e 32: fiscalização municipal e Distrito Federal
4.11 Artigos 33 ao 35: Territórios e intervenção federal e estadual
4.12 Artigos 36 ao 41: administração pública
4.13 Artigo 42: militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

5 Constituição Federal de 1988: Organização dos Poderes 36
5.1 Artigos 44 ao 47: Congresso Nacional e estrutura do Poder Legislativo
5.2 Artigos 48 ao 52: atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
5.3 Artigos 53 ao 56: deputados e senadores
5.4 Artigos 57 e 58: reuniões e comissões
5.5 Artigos 59 ao 69: processo legislativo
5.6 Artigos 70 ao 75: fiscalização contábil, financeira e orçamentária
5.7 Artigos 76 ao 83: Poder Executivo e atribuições do Presidente da República
5.8 Artigos 84 ao 86: responsabilidades do Presidente da República
5.9 Artigos 87 ao 91: Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional
5.10 Artigos 92 ao 100: Poder Judiciário, órgãos, garantias, competências e precatórios

6 Constituição Federal de 1988: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas 44
6.1 Artigos 122 e 123: Justiça Militar
6.2 Artigos 124 e 125: Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados
6.3 Artigo 126: Justiça Estadual
6.4 Artigos 127 ao 130-A: Ministério Público
6.5 Artigos 131 e 132: Advocacia Pública
6.6 Artigo 133: Advocacia
6.7 Artigo 134: Defensoria Pública
6.8 Artigo 135: remuneração das carreiras jurídicas
6.9 Artigos 136 ao 139: estado de defesa e estado de sítio
6.10 Artigos 140 e 141: disposições gerais sobre estado de defesa e estado de sítio
6.11 Artigos 142 e 143: Forças Armadas e serviço militar
6.12 Artigo 144: segurança pública

7 Constituição do Estado de Santa Catarina: Princípios Fundamentais e Organização do Estado 53

7.1 Artigos 1º ao 4º: princípios fundamentais do Estado de Santa Catarina
7.2 Artigos 5º ao 10: organização político-administrativa do Estado
7.3 Artigos 11 ao 17: bens e competências estaduais
7.4 Artigos 18 ao 24: administração pública estadual
7.5 Artigos 25 ao 31: servidores públicos estaduais
7.6 Artigos 32 ao 40: organização municipal e regiões do Estado
8 Constituição do Estado de Santa Catarina: Organização dos Poderes 58
8.1 Artigos 50 ao 57: Poder Legislativo estadual
8.2 Artigos 58 ao 66: Assembleia Legislativa e deputados estaduais
8.3 Artigos 67 ao 72: processo legislativo estadual
8.4 Artigos 73 ao 76: fiscalização contábil, financeira e orçamentária estadual
8.5 Artigo 90: Poder Judiciário estadual
9 Constituição do Estado de Santa Catarina: Segurança Pública e Disposições Institucionais 62
9.1 Artigos 105 ao 109-C: segurança pública no Estado de Santa Catarina
9.2 Organização e atribuições dos órgãos de segurança pública estaduais
9.3 Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Científica
9.4 Princípios, competências e atuação institucional dos órgãos de segurança pública

Constituição

Conceito de Constituição



⚖️ Constituição é a norma fundamental do Estado, situada no topo do ordenamento jurídico. Organiza os poderes públicos, define competências e assegura direitos e garantias fundamentais.

Pode ser compreendida em sentidos: **sociológico** (fatores reais de poder); **político** (decisão fundamental do povo); e **jurídico** (norma suprema e vinculante). ✦ No Brasil, a Constituição de 1988 é rígida, escrita, promulgada e analítica.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) No sentido jurídico, a Constituição é compreendida como:

a) o conjunto dos fatores reais de poder existentes na sociedade.
b) a decisão política fundamental tomada pelo povo.
c) uma norma destinada exclusivamente à definição de competências dos Poderes.
d) um documento flexível, alterável pelo mesmo procedimento das leis ordinárias.
e) a norma suprema e vinculante que organiza o Estado e fundamenta o ordenamento jurídico.

> **Resposta:** e
> No sentido jurídico, a Constituição é a norma suprema do Estado, vinculando os poderes públicos e servindo de fundamento para todo o ordenamento jurídico.

Estrutura da Constituição

A Constituição organiza-se em **Preâmbulo**, parte introdutória sem força normativa autônoma, e em normas permanentes e transitórias. ⚖️

A parte permanente contém:

- **Parte dogmática**: princípios fundamentais, direitos e garantias, organização do Estado e dos Poderes;
- **Parte orgânica**: competências, administração pública, defesa do Estado, tributação, ordem econômica e social.

O **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** disciplina a passagem entre ordens jurídicas. 📜 Emendas constitucionais integram o texto, respeitando cláusulas pétreas. 🔒

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Sobre a estrutura da Constituição, assinale a alternativa correta.

a) O Preâmbulo possui força normativa autônoma e integra a parte dogmática.
b) O ADCT disciplina exclusivamente direitos e garantias fundamentais.
c) A parte permanente é composta apenas por normas transitórias.
d) As emendas constitucionais não integram o texto constitucional.
e) A parte orgânica abrange competências, administração pública, tributação e ordem econômica e social.

> **Resposta:** e
> A parte orgânica trata, entre outros temas, das competências estatais, administração pública, tributação e ordens econômica e social. O ADCT regula a transição entre ordens jurídicas.

Elementos da Constituição

⚖️ Os elementos da Constituição identificam suas finalidades:

- **Orgânicos:** estruturam o Estado e os Poderes.
- **Limitativos:** protegem direitos e restringem o poder estatal.
- **Socioideológicos:** orientam ordem social, econômica e cultural.
- **De estabilização constitucional:** preservam a ordem, como intervenção, estado de defesa e estado de sítio.
- **Formais de aplicabilidade:** disciplinam eficácia das normas constitucionais.

★ A classificação de José Afonso da Silva é recorrente em provas.

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Considerando a classificação dos elementos da Constituição, especialmente a adotada por José Afonso da Silva, julgue as proposições a seguir.

☐ Os elementos orgânicos são voltados à estruturação do Estado e dos Poderes.
☐ Os elementos limitativos orientam exclusivamente a ordem econômica, social e cultural.

☐ As normas relativas à intervenção, ao estado de defesa e ao estado de sítio são exemplos de elementos de estabilização constitucional.

> **Resposta:** C, E, C

Classificação das Constituições

⚖️ As Constituições classificam-se por diversos critérios:

- **Origem:** promulgadas, elaboradas por representantes do povo; outorgadas, impostas pelo governante; cesaristas, aprovadas por consulta popular controlada.
- **Forma:** escritas ou não escritas, baseadas em costumes e precedentes.
- **Estabilidade:** rígidas, flexíveis, semirrígidas ou imutáveis.
- **Extensão:** sintéticas ou analíticas.
- **Conteúdo:** materiais ou formais.

🇧🇷 A Constituição de 1988 é **promulgada, escrita, rígida, analítica, formal e dirigente**.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Quanto à classificação, a Constituição Federal de 1988 é:

a) outorgada, não escrita, flexível e sintética
b) promulgada, escrita, rígida, analítica e formal
c) cesarista, escrita, semirrígida e material
d) promulgada, costumeira, imutável e sintética
e) outorgada, escrita, rígida e material

> **Resposta:** b
> A Constituição de 1988 foi promulgada por representantes do povo, é escrita, rígida, analítica e formal, além de dirigente.

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX

E-BOOKS

Santa Catarina

Informática

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

173

QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

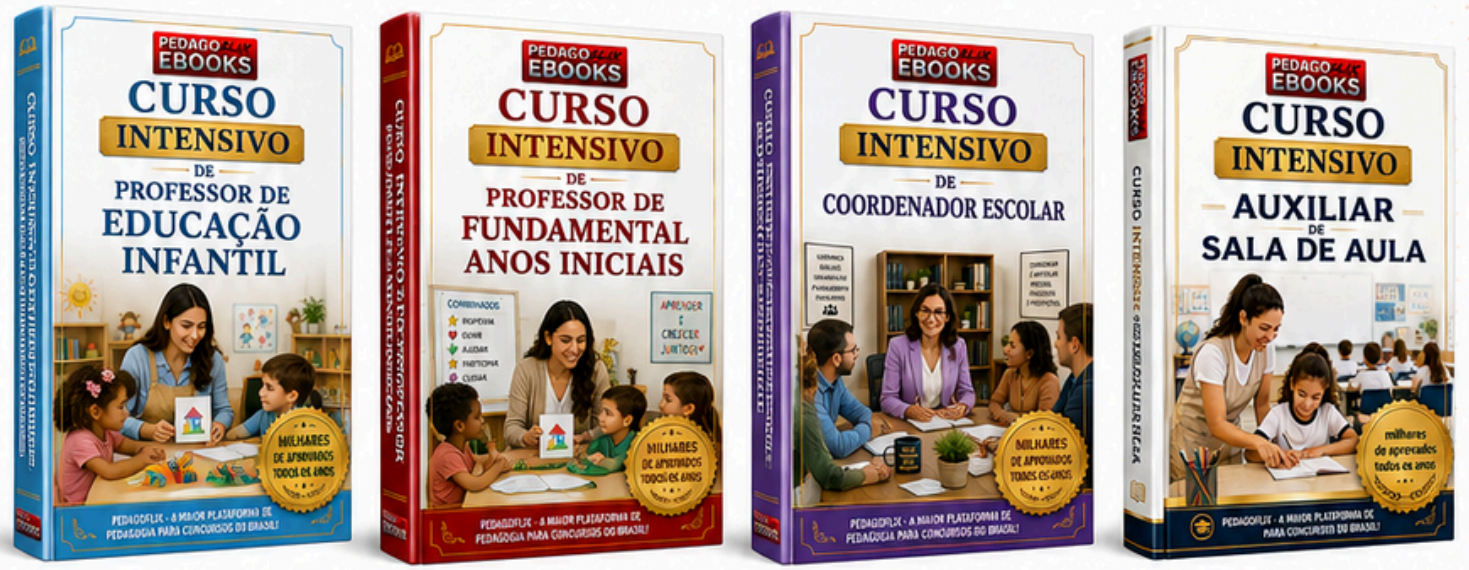
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

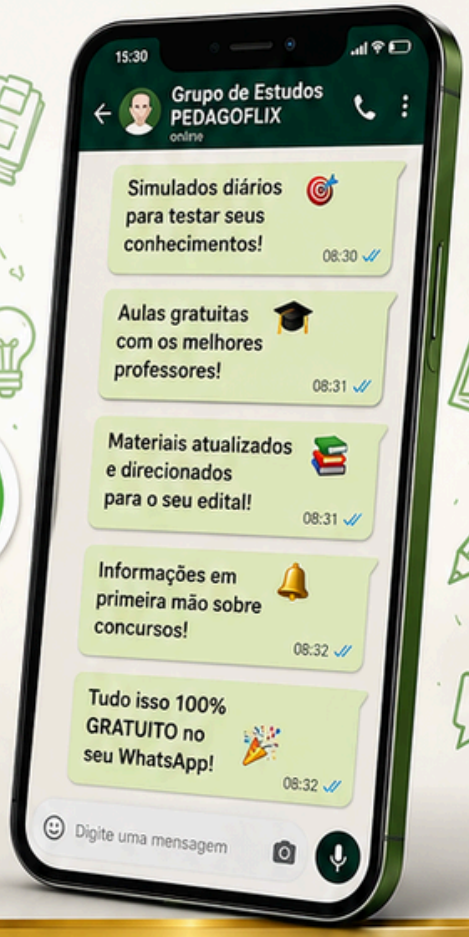
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante do Ebook Resumo de **Informática** para o Edital número 002 de 2026 da **Polícia Militar de Santa Catarina** 🖥️📚. Elaborado pela **Pedagoflix**, este material foi organizado para apoiar uma preparação objetiva, estratégica e alinhada aos temas indicados no edital. A proposta é ajudar você a revisar conteúdos essenciais, identificar pontos de atenção e avançar com mais segurança rumo à prova. 🎯

O estudo começa pelos **conceitos de hardware e software**, incluindo componentes internos, dispositivos, unidade central de processamento, memórias, armazenamento, periféricos, sistemas operacionais e licenças de software. Em seguida, aborda tecnologias e procedimentos de informática, com arquivos, pastas, diretórios, extensões, compactação, compartilhamento, impressão, digitalização e atalhos de teclado. Esses fundamentos são recorrentes em concursos, especialmente em questões práticas sobre organização e utilização de recursos computacionais. ⚙️🗂️

Você também encontrará os recursos do **LibreOffice Writer, Calc e Impress** ✍️📊📽️, com destaque para edição e formatação de documentos, tabelas, imagens, fórmulas, funções, referências de células, gráficos, filtros, apresentações, transições e animações. O Ebook contempla ainda o **Windows 11**, explorando área de trabalho, Explorador de Arquivos, configurações, permissões, aplicativos, atualizações, Gerenciador de Tarefas, acessibilidade e atalhos. Esses tópicos costumam ser muito cobrados em itens que exigem domínio das funcionalidades e reconhecimento de comandos e ferramentas.

Por fim, o resumo reúne colaboração e armazenamento em nuvem, conceitos fundamentais da **Lei Geral de Proteção de Dados** 🔒, navegadores de internet, correio eletrônico e segurança da informação. Atenção especial a privacidade, dados pessoais, compartilhamento, navegadores, cookies, phishing, códigos maliciosos, senhas, autenticação multifator, antivírus, firewall e cópias de segurança. ✅ Estude com foco nos conceitos, nas diferenças entre ferramentas e nos procedimentos mais frequentes em provas: cada revisão consistente fortalece sua preparação.

Sumário

1 Conceitos de Hardware e Software 15

- **1.1** Conceitos de hardware
- **1.2** Componentes internos do computador
- **1.3** Dispositivos de entrada, saída e entrada e saída
- **1.4** Unidade central de processamento
- **1.5** Memórias
- **1.6** Dispositivos de armazenamento
- **1.7** Periféricos
- **1.8** Conceitos de software
- **1.9** Software básico, utilitário e aplicativo
- **1.10** Sistemas operacionais
- **1.11** Licenças de software

2 Tecnologias, Ferramentas, Aplicativos e Procedimentos de Informática 23

- **2.1** Conceitos básicos de informática
- **2.2** Tecnologias da informação e comunicação
- **2.3** Utilização de computadores e dispositivos tecnológicos
- **2.4** Arquivos, pastas e diretórios
- **2.5** Criação, cópia, movimentação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas
- **2.6** Extensões e formatos de arquivos
- **2.7** Compactação e descompactação de arquivos
- **2.8** Transferência e compartilhamento de arquivos
- **2.9** Impressão e digitalização de documentos
- **2.10** Atalhos de teclado
- **2.11** Procedimentos de informática

3 LibreOffice Writer 31

- **3.1** Conceitos e características do LibreOffice Writer
- **3.2** Interface e elementos da janela
- **3.3** Criação, abertura, salvamento e fechamento de documentos
- **3.4** Edição e formatação de textos
- **3.5** Seleção, cópia, recorte e colagem
- **3.6** Formatação de fonte e parágrafo

3.7 Alinhamento, recuo e espaçamento
3.8 Listas numeradas e com marcadores
3.9 Tabulações
3.10 Estilos e formatação de documentos
3.11 Cabeçalho, rodapé e numeração de páginas
3.12 Inserção e formatação de tabelas
3.13 Inserção de imagens, formas e objetos
3.14 Localização e substituição de textos
3.15 Verificação ortográfica
3.16 Quebras de página e de seção
3.17 Configuração de página
3.18 Visualização e impressão
3.19 Exportação para o formato PDF

4 LibreOffice Calc 43

4.1 Conceitos e características do LibreOffice Calc
4.2 Interface e elementos da janela
4.3 Pastas de trabalho, planilhas, linhas e colunas
4.4 Criação, abertura, salvamento e fechamento de planilhas
4.5 Inserção e edição de dados
4.6 Formatação de células
4.7 Tipos de dados
4.8 Referências relativas, absolutas e mistas
4.9 Operadores matemáticos, relacionais e lógicos
4.10 Fórmulas e funções
4.11 Funções matemáticas, estatísticas, lógicas e de texto
4.12 Classificação e filtragem de dados
4.13 Preenchimento automático
4.14 Inserção e formatação de gráficos
4.15 Inserção e formatação de tabelas
4.16 Proteção de planilhas e células
4.17 Configuração de página
4.18 Visualização e impressão

5 LibreOffice Impress 54

5.1 Conceitos e características do LibreOffice Impress
5.2 Interface e elementos da janela

5.3 Criação, abertura, salvamento e fechamento de apresentações
5.4 Slides e modelos de apresentação
5.5 Inserção, exclusão, duplicação e reorganização de slides
5.6 Formatação de textos e objetos
5.7 Inserção de imagens, tabelas, gráficos e formas
5.8 Temas e modelos
5.9 Transições de slides
5.10 Animações
5.11 Configuração e execução da apresentação
5.12 Exibição do apresentador
5.13 Configuração de página
5.14 Impressão e exportação da apresentação
6 Sistema Operacional Windows 11 63
6.1 Conceitos e características do Windows 11
6.2 Área de trabalho
6.3 Menu Iniciar
6.4 Barra de tarefas
6.5 Janelas e seus elementos
6.6 Configurações do sistema
6.7 Contas de usuário
6.8 Área de transferência
6.9 Explorador de Arquivos
6.10 Unidades, pastas e arquivos
6.11 Permissões e propriedades de arquivos e pastas
6.12 Lixeira
6.13 Pesquisa de arquivos e aplicativos
6.14 Aplicativos padrão
6.15 Instalação e desinstalação de programas
6.16 Atualizações do sistema
6.17 Gerenciamento de dispositivos
6.18 Gerenciador de Tarefas
6.19 Ferramentas de acessibilidade
6.20 Atalhos de teclado
6.21 Desligamento, reinicialização, suspensão e hibernação
7 Colaboração, Armazenamento em Nuvem e Lei Geral de Proteção de Dados 76

7.1 Conceitos de computação em nuvem
7.2 Armazenamento em nuvem
7.3 Sincronização de arquivos
7.4 Compartilhamento de arquivos e pastas
7.5 Controle de acesso e permissões
7.6 Edição colaborativa de documentos
7.7 Ferramentas de colaboração
7.8 Comunicação e trabalho em equipe por meios digitais
7.9 Conceitos fundamentais da Lei Geral de Proteção de Dados
7.10 Lei número 13.709 de 2018
7.11 Dados pessoais e dados pessoais sensíveis
7.12 Titular dos dados
7.13 Controlador e operador
7.14 Encarregado pelo tratamento de dados pessoais
7.15 Tratamento de dados pessoais
7.16 Bases legais para o tratamento de dados
7.17 Consentimento
7.18 Direitos dos titulares
7.19 Princípios da proteção de dados
7.20 Segurança e prevenção
7.21 Responsabilidade e prestação de contas
7.22 Autoridade Nacional de Proteção de Dados

8 Navegadores de Internet 91

8.1 Conceitos de internet e intranet
8.2 Navegação na internet
8.3 Microsoft Edge
8.4 Google Chrome
8.5 Mozilla Firefox
8.6 Interface dos navegadores
8.7 Endereços eletrônicos e uniform resource locator
8.8 Abas e janelas
8.9 Favoritos e marcadores
8.10 Histórico de navegação
8.11 Downloads e gerenciador de downloads
8.12 Cookies e cache

8.13 Navegação privativa
8.14 Configurações de privacidade e segurança
8.15 Extensões e complementos
8.16 Mecanismos de pesquisa
8.17 Preenchimento automático
8.18 Sincronização de dados
8.19 Impressão e salvamento de páginas
8.20 Atualização dos navegadores
9 Correio Eletrônico 105
9.1 Conceitos de correio eletrônico
9.2 Endereço de correio eletrônico
9.3 Criação, envio, recebimento e resposta de mensagens
9.4 Campos destinatário, cópia e cópia oculta
9.5 Assunto e corpo da mensagem
9.6 Anexos
9.7 Download e armazenamento de anexos
9.8 Encaminhamento de mensagens
9.9 Organização de mensagens em pastas
9.10 Pesquisa de mensagens
9.11 Lista de contatos
9.12 Assinatura eletrônica
9.13 Spam e mensagens indesejadas
9.14 Phishing por correio eletrônico
9.15 Boas práticas de utilização do correio eletrônico
10 Segurança e Proteção da Informação 115
10.1 Conceitos de segurança da informação
10.2 Confidencialidade, integridade e disponibilidade
10.3 Ameaças, riscos e vulnerabilidades
10.4 Código malicioso
10.5 Vírus de computador
10.6 Worms
10.7 Cavalos de Troia
10.8 Spyware
10.9 Adware
10.10 Ransomware

10.11 Keyloggers
10.12 Botnets
10.13 Antivírus
10.14 Atualização e varredura antivírus
10.15 Firewall
10.16 Senhas seguras
10.17 Autenticação multifator
10.18 Engenharia social
10.19 Phishing
10.20 Boas práticas de navegação segura
10.21 Cópias de segurança
10.22 Proteção de dispositivos e dados

Conceitos de Hardware e Software

Conceitos de hardware



🖥️ **Hardware** é a parte física do computador: componentes que podem ser vistos e manipulados. Inclui **placa-mãe**, processador, memória, armazenamento e periféricos.

⚙️ O **processador** executa instruções; a memória **RAM** guarda dados temporariamente e perde o conteúdo ao desligar. **ROM** armazena instruções permanentes de inicialização.

- ⌨️ **Entrada:** teclado, mouse, scanner.
- 🖨️ **Saída:** monitor, impressora, caixas de som.
- 💾 **Armazenamento:** HD, SSD, pen drive.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um componente de hardware de entrada, um de saída e um de armazenamento, respectivamente.

a) Scanner, processador e HD.
b) Teclado, RAM e impressora.
c) Mouse, monitor e SSD.
d) Monitor, pen drive e teclado.
e) Impressora, mouse e ROM.

> **Resposta:** c
> Mouse é periférico de entrada, monitor é periférico de saída e SSD é dispositivo de armazenamento.

Componentes internos do computador

⚙️ Os componentes internos executam o processamento e armazenam dados. A **placa-mãe** integra as peças por barramentos e conectores. O **processador** interpreta instruções;

memória **RAM** guarda dados temporários e perde conteúdo sem energia.

💾 **HD** e **SSD** armazenam dados permanentemente, sendo o SSD mais rápido. A **fonte** converte energia elétrica; a **placa de vídeo** processa imagens. Ventoinhas e dissipadores evitam superaquecimento. 🔧

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Acerca dos componentes internos de um computador e de suas respectivas funções, julgue as proposições a seguir.

☐ A placa-mãe integra os demais componentes por meio de barramentos e conectores, enquanto o processador interpreta instruções.
☐ A memória RAM armazena dados permanentemente, preservando seu conteúdo mesmo quando o computador fica sem energia elétrica.
☐ A fonte converte energia elétrica, e ventoinhas e dissipadores contribuem para evitar o superaquecimento dos componentes.

> **Resposta:** C, E, C

Dispositivos de entrada, saída e entrada e saída

⌨️ Dispositivos de **entrada** enviam dados ao computador: teclado, mouse, scanner, microfone, webcam e leitor biométrico.

🖥️ Dispositivos de **saída** apresentam resultados: monitor, impressora, caixas de som, projetor e plotter.

↔️ Dispositivos de **entrada e saída** realizam ambas as funções: tela sensível ao toque, impressora multifuncional, pendrive, disco rígido, cartão de memória, modem e placa de rede.

⚠️ Em provas, observe a função predominante: scanner é entrada; impressora é saída; armazenamento permite leitura e gravação.

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Acerca da classificação dos dispositivos de hardware conforme suas funções de entrada, saída ou ambas, julgue as proposições a seguir.

☐ O scanner é classificado como dispositivo de entrada, pois envia ao computador os dados obtidos pela digitalização.
☐ A impressora multifuncional é exclusivamente um dispositivo de saída, pois sua função de digitalização não caracteriza entrada de dados.
☐ Pendrive, disco rígido e cartão de memória são dispositivos de entrada e saída, pois permitem operações de leitura e gravação.

> **Resposta:** C, E, C

Unidade central de processamento

⚙️ A **Unidade Central de Processamento** executa instruções e coordena o computador. É composta, principalmente, pela **Unidade de Controle**, que busca e decodifica comandos, e pela **Unidade Lógica e Aritmética**, responsável por cálculos e comparações.

🧠 Registradores armazenam dados temporários de alta velocidade. O desempenho depende de frequência, núcleos, memória cache e arquitetura. **Clock** indica ciclos por segundo, medidos em hertz; mais clock não garante, isoladamente, maior desempenho.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Considerando os componentes e os fatores de desempenho da Unidade Central de Processamento (CPU), julgue as proposições a seguir.

☐ A Unidade de Controle busca e decodifica comandos, enquanto a Unidade Lógica e Aritmética realiza cálculos e comparações.
☐ Os registradores são dispositivos de armazenamento permanente, utilizados para guardar dados mesmo após o desligamento do computador.
☐ Embora o clock indique a quantidade de ciclos por segundo e seja medido em hertz, sua elevação isolada não assegura maior desempenho da CPU.

> **Resposta:** C, E, C

Memórias

🧠 Memória armazena dados e instruções. A **RAM** é volátil, rápida e usada durante a execução; perde dados sem energia. A **ROM** é não volátil e guarda rotinas de inicialização, como firmware e *BIOS/UEFI*.

💾 Armazenamentos persistentes incluem disco rígido, unidade de estado sólido, cartão de memória e pendrive. Cache é memória muito rápida entre processador e RAM. Medidas: bit, byte, quilobyte, megabyte, gigabyte e terabyte. ⚡

Questão 5. (Pedagoflix 2026) Acerca dos tipos e das características das memórias e dos dispositivos de armazenamento em computadores, julgue as proposições a seguir.

☐ A ROM é uma memória volátil destinada a armazenar temporariamente os dados processados pela CPU durante a execução de aplicações.
☐ A memória cache é muito rápida e atua entre o processador e a RAM, enquanto disco rígido, SSD, cartão de memória e pendrive são exemplos de armazenamentos persistentes.
☐ A memória RAM é volátil, utilizada durante a execução de programas e perde seus dados quando não há energia elétrica.

> **Resposta:** E, C, C

Dispositivos de armazenamento

💾 Dispositivos de armazenamento conservam dados de forma temporária ou permanente. A **memória RAM** é volátil: perde informações ao desligar. **Disco rígido** e **SSD** são não voláteis; o SSD é mais rápido, silencioso e resistente a impactos.

📦 Pendrives, cartões de memória e discos ópticos permitem transporte ou cópia de arquivos. Capacidade mede-se em *byte*: bit → byte → quilobyte → megabyte → gigabyte → terabyte. Backup ⚠️ cria cópias para recuperação contra falhas, perdas ou ataques.

Questão 6. (Pedagoflix 2026) Com base nos conceitos de dispositivos de armazenamento e proteção de dados, julgue as proposições a seguir.

☐ A memória RAM é um tipo de armazenamento volátil, pois suas informações são perdidas quando o equipamento é desligado.
☐ O SSD, embora não volátil, é geralmente mais lento e menos resistente a impactos que o disco rígido.
☐ O backup consiste na criação de cópias de dados para possibilitar sua recuperação diante de falhas, perdas ou ataques.

> **Resposta:** C, E, C

Periféricos

⌨️ Periféricos são dispositivos conectados ao computador para ampliar suas funções. Classificam-se em:

- **Entrada:** teclado, mouse, scanner, microfone, webcam e leitor biométrico.

- **Saída:** monitor, impressora, caixas de som, projetor e plotter.
- **Entrada e saída:** tela sensível ao toque, pen drive, cartão de memória, disco externo e impressora multifuncional.

🖨️ Podem usar conexões como **USB**, Bluetooth, HDMI e rede. *Drivers* permitem que o sistema operacional reconheça e controle cada equipamento.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) Assinale a alternativa que apresenta apenas periféricos de entrada e saída.

a) Teclado, mouse e scanner.
b) Monitor, projetor e plotter.
c) Microfone, webcam e caixas de som.
d) Tela sensível ao toque, pen drive e impressora multifuncional.
e) Leitor biométrico, cartão de memória e impressora.

> **Resposta:** d
> Tela sensível ao toque, pen drive e impressora multifuncional podem receber e fornecer dados, sendo periféricos de entrada e saída.

Conceitos de software

💻 **Software** é a parte lógica do computador: programas, dados e instruções que orientam o hardware. Não possui existência física.

Classifica-se em:

- **Software de sistema**: gerencia recursos, como sistemas operacionais, drivers e utilitários.
- **Software aplicativo**: atende tarefas do usuário, como editores, navegadores e planilhas.
- **Software de programação**: permite criar programas, incluindo linguagens, compiladores e ambientes de desenvolvimento.

⚙️ Licenças podem ser proprietárias, livres, gratuitas ou de código aberto. **Firmware** é software gravado em memória permanente de dispositivos.

Questão 8. (Pedagoflix 2026) Assinale a alternativa que classifica corretamente um compilador e o firmware.

a) Ambos são softwares aplicativos.
b) O compilador é software aplicativo, e o firmware é necessariamente software livre.

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Língua Portuguesa

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

54
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

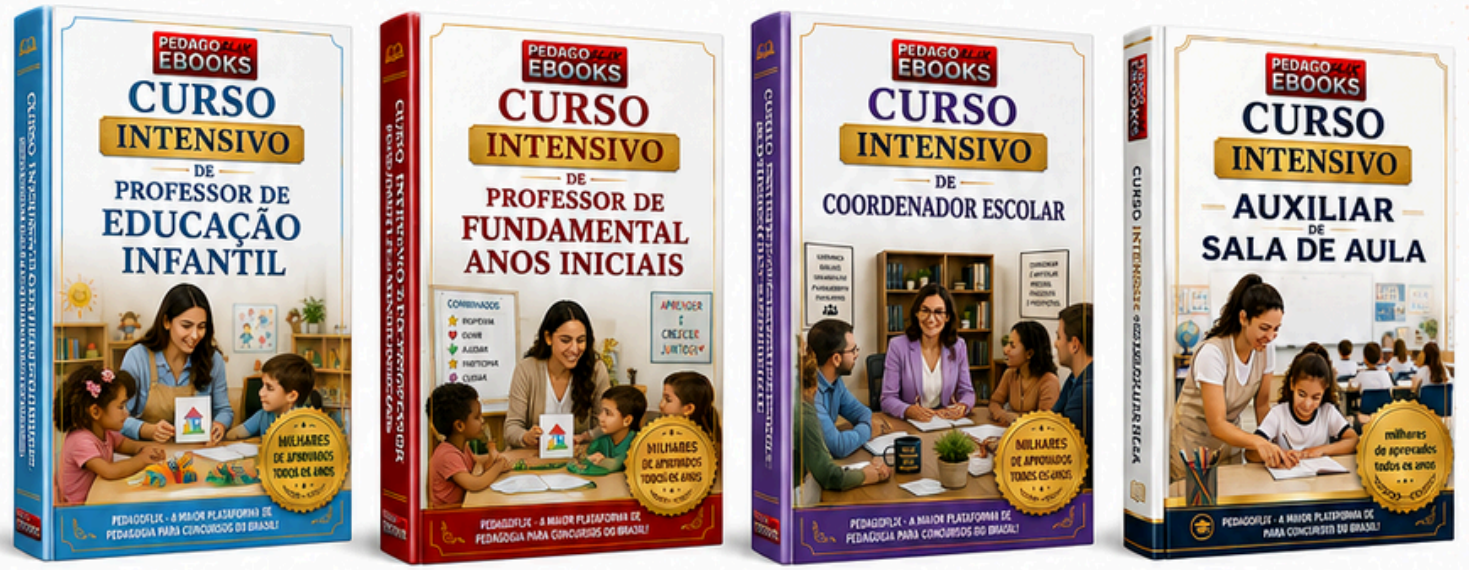
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

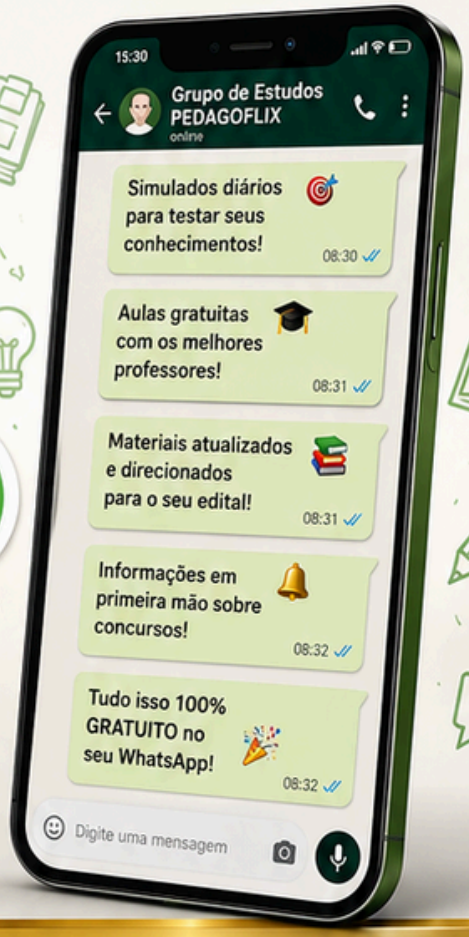
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante do Ebook Resumo de **Língua Portuguesa** para o edital **002/2026** da Polícia Militar de Santa Catarina. Na Pedagoflix, este material foi organizado para que você revise os conteúdos essenciais com objetividade, segurança e foco no perfil das questões de concursos públicos. 📚✦

A preparação parte da leitura e da interpretação textual, das tipologias e dos gêneros textuais, avançando pelos elementos da comunicação, pelas funções da linguagem, pela semântica e pelas figuras de linguagem. Você também encontrará os fundamentos de morfologia, estrutura e formação das palavras, classes de palavras, ortografia oficial e acentuação gráfica. ✍🔎

Compreensão e interpretação de textos, relações de sentido, sintaxe da oração e do período, concordância, regência, crase e pontuação estão entre os temas mais recorrentes em provas. Por isso, o resumo destaca as relações sintáticas e semânticas, os empregos gramaticais e os casos que exigem atenção redobrada. ⚠✓

Você ainda revisará coesão e organização textual, incluindo as relações entre frases, orações, períodos e parágrafos, além da reescrita textual com manutenção do sentido e adequação gramatical. Estude cada ponto com estratégia: dominar a norma e compreender os efeitos de sentido é um passo decisivo para elevar seu desempenho. 🚀

Sumário

1 Compreensão, Interpretação e Tipologias Textuais 12
- **1.1** Compreensão e interpretação de textos
- **1.2** Tipologias textuais
- **1.3** Gêneros textuais
- **1.4** Elementos da comunicação
- **1.5** Funções da linguagem

2 Semântica e Significação das Palavras 16
- **2.1** Denotação e conotação
- **2.2** Significação de palavras e expressões
- **2.3** Relações de sinonímia
- **2.4** Relações de antonímia
- **2.5** Significação das palavras

3 Figuras de Linguagem 20
- **3.1** Figuras de linguagem
- **3.2** Funções expressivas das figuras de linguagem no texto

4 Morfologia e Estrutura das Palavras 22
- **4.1** Estrutura das palavras
- **4.2** Processos de formação das palavras
- **4.3** Emprego das classes de palavras no texto
- **4.4** Função textual dos vocábulos

5 Ortografia Oficial e Acentuação Gráfica 25
- **5.1** Ortografia oficial
- **5.2** Acentuação gráfica

6 Sintaxe da Oração 27
- **6.1** Termos da oração
- **6.2** Sintaxe da oração
- **6.3** Relações sintáticas entre termos
- **6.4** Relações semânticas entre termos

7 Sintaxe do Período 30
- **7.1** Sintaxe do período
- **7.2** Período simples

7.3 Período composto
7.4 Relações sintático-semânticas entre orações
7.5 Relações sintático-semânticas entre períodos e parágrafos
8 Concordância Nominal e Verbal 34
8.1 Concordância nominal
8.2 Concordância verbal
8.3 Casos gerais de concordância
8.4 Casos especiais de concordância
9 Regência Nominal e Verbal 37
9.1 Regência nominal
9.2 Regência verbal
9.3 Relações de dependência entre termos
9.4 Emprego de preposições na regência
10 Crase 40
10.1 Emprego do sinal indicativo de crase
10.2 Casos obrigatórios de crase
10.3 Casos facultativos de crase
10.4 Casos proibidos de crase
11 Pontuação 43
11.1 Emprego dos sinais de pontuação
11.2 Função dos sinais de pontuação no texto
11.3 Pontuação no período simples
11.4 Pontuação no período composto
12 Coesão e Organização Textual 46
12.1 Elementos de coesão
12.2 Funções dos elementos de coesão no texto
12.3 Coesão referencial
12.4 Coesão sequencial
12.5 Relações entre frases, orações, períodos e parágrafos
13 Reescrita Textual 50
13.1 Reescrita de orações
13.2 Reescrita de períodos
13.3 Reescrita de frases
13.4 Reescrita de parágrafos
13.5 Manutenção do sentido na reescrita

13.6 Adequação gramatical na reescrita

Compreensão, Interpretação e Tipologias Textuais

Compreensão e interpretação de textos



🔎 **Compreensão** identifica informações explícitas: tema, finalidade, dados, personagens e argumentos. A resposta decorre diretamente da leitura.

🧠 **Interpretação** exige inferência: relaciona pistas linguísticas, contexto, ironia, pressupostos e implícitos. Não autoriza conclusões sem apoio textual.

✔️ Diferencie fato de opinião.
✔️ Observe conectivos: *porém*, *portanto*, *embora*.
⚠️ Evite extrapolar conhecimentos externos.

Em questões, procure a alternativa mais fiel ao sentido global e às marcas do enunciado. 🎯

Questão 1. (Pedagoflix 2026) Leia: “Embora o relatório apresente avanços, os resultados ainda exigem cautela.” A ideia expressa no trecho é que

a) os avanços tornam desnecessária qualquer cautela.
b) há avanços, mas eles não eliminam a necessidade de prudência.
c) os resultados são negativos, apesar de inexistirem avanços.
d) o relatório rejeita integralmente os resultados obtidos.
e) a cautela impede a divulgação dos avanços.

> **Resposta:** b
> O conectivo “embora” introduz uma concessão: reconhecem-se os avanços, porém permanece a necessidade de cautela quanto aos resultados.

Tipologias textuais

✦ Tipologias textuais são formas de organização predominantes:

- **Narração**: fatos, personagens, tempo e espaço.
- **Descrição**: características de seres, objetos ou lugares.
- **Dissertação**: ideias, argumentos e defesa de tese.
- **Exposição**: explicação objetiva de informações.
- **Injunção**: orientação, ordem ou instrução. ⚠️

Uma mesma produção pode reunir tipos distintos; a banca cobra a *sequência predominante*.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Em um texto que apresenta fatos ocorridos com personagens em determinado tempo e espaço, embora contenha trechos descritivos, predomina a tipologia:

a) expositiva.
b) dissertativa.
c) narrativa.
d) injuntiva.
e) descritiva.

> **Resposta:** c
> A narração organiza-se predominantemente pela apresentação de fatos, personagens, tempo e espaço. A presença de descrição não altera a tipologia predominante.

Gêneros textuais

✦ Gêneros textuais são formas socialmente reconhecidas de comunicação, definidas por finalidade, suporte, linguagem e público. Exemplos: notícia informa; editorial defende posição; ofício comunica formalmente; anúncio persuade; receita instrui; charge critica com humor.

Em provas, identifique: **objetivo comunicativo**, interlocutores, contexto, estrutura e recursos linguísticos. ⚖️ Um mesmo tema pode aparecer em gêneros distintos, com efeitos de sentido diferentes.

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Um texto apresenta uma opinião institucional sobre tema de interesse público, buscando influenciar o leitor por meio de argumentos. Esse gênero é, predominantemente, um:

a) notícia, pois informa fatos de modo objetivo.
b) anúncio, pois promove necessariamente um produto.
c) ofício, pois realiza comunicação formal entre órgãos.

d) editorial, pois defende uma posição institucional.
e) receita, pois orienta procedimentos sequenciais.

> **Resposta:** d
> O editorial expressa e sustenta uma posição, geralmente institucional, mediante argumentação para influenciar o público leitor.

Elementos da comunicação

📡 A comunicação envolve **emissor**, quem produz; **receptor**, quem recebe; **mensagem**, conteúdo transmitido; **código**, sistema de sinais compartilhado; **canal**, meio físico; e **referente**, assunto tratado.

⚠️ Ruídos prejudicam a compreensão. Em provas, identifique a adequação entre linguagem, destinatário, finalidade e contexto comunicativo.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Considerando os elementos envolvidos no processo comunicativo e os fatores que influenciam a compreensão da mensagem, julgue as proposições a seguir.

☐ O canal corresponde necessariamente ao sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor.
☐ O emissor é quem produz a mensagem, enquanto o receptor é quem a recebe.
☐ Ruídos podem prejudicar a compreensão, razão pela qual a linguagem deve ser adequada ao destinatário, à finalidade e ao contexto comunicativo.

> **Resposta:** E, C, C

Funções da linguagem

✦ As funções da linguagem revelam a finalidade predominante da comunicação. Podem coexistir, mas uma geralmente se destaca.

- **Referencial:** informa objetivamente; foco no contexto.
- **Emotiva:** expressa sentimentos; foco no emissor.
- **Conativa:** persuade ou ordena; foco no receptor. ⚠️ Imperativos são frequentes.
- **Fática:** mantém o contato: “Alô?”, “Entendeu?”.

- **Metalinguística:** explica o código.
- **Poética:** valoriza a forma da mensagem. ✧

Questão 5. (Pedagoflix 2026) No enunciado “Entendeu? Releia o aviso com atenção.”, predomina a função

a) referencial, por informar objetivamente um fato.
b) conativa, por buscar orientar o receptor.
c) emotiva, por revelar sentimento do emissor.
d) metalinguística, por explicar o código linguístico.
e) poética, por valorizar a forma da mensagem.

> **Resposta:** b
> Predomina a função conativa, pois o emissor dirige-se ao receptor e emprega uma orientação em forma imperativa: “Releia”.

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Legislação Institucional

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

142
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

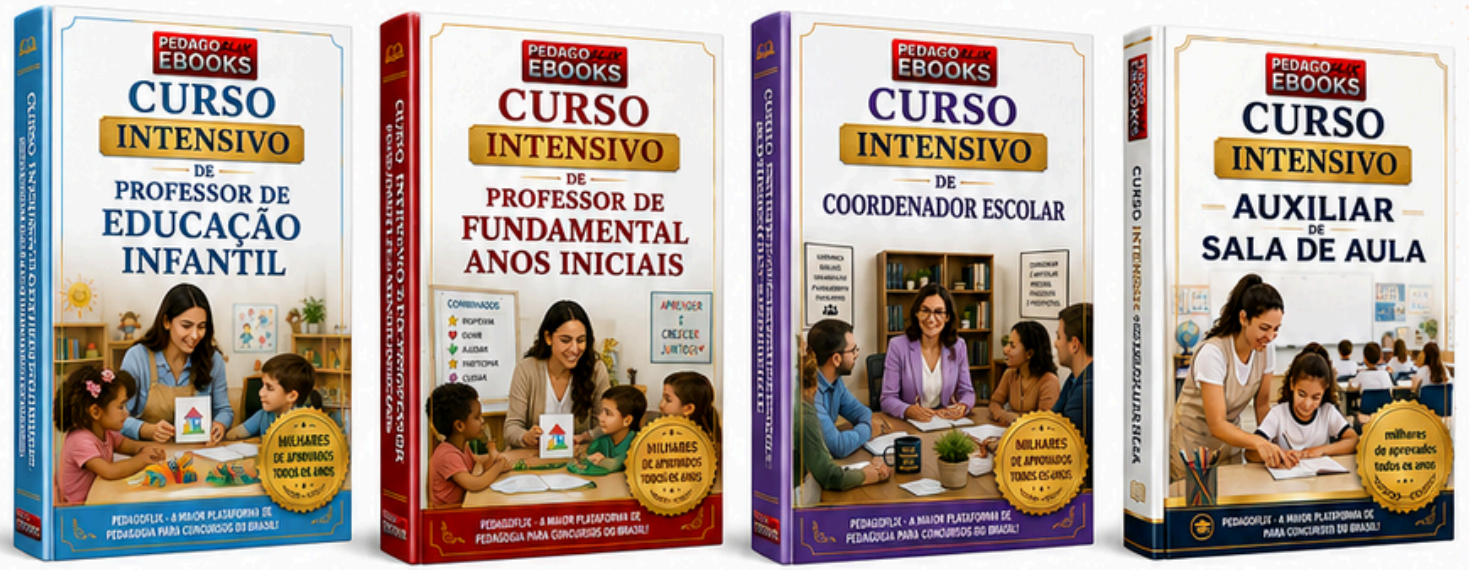
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

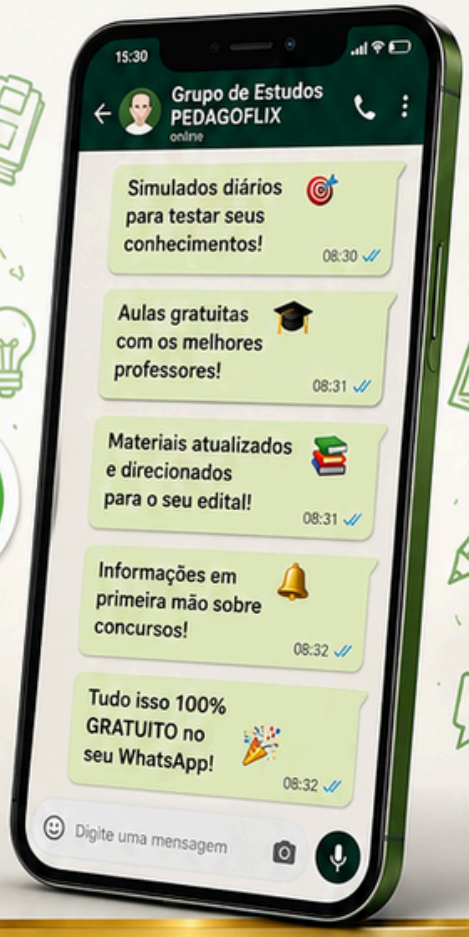
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante de um material estratégico da **Pedagoflix** para a disciplina de **Legislação Institucional**, direcionado ao edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. 📚⚖️ Este Ebook Resumo foi organizado para que você compreenda, de forma objetiva, as normas que estruturam a carreira, a organização, os direitos, os deveres e o regime disciplinar dos militares estaduais catarinenses.

O estudo percorre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, com destaque para **ingresso, hierarquia, disciplina, carreira, direitos, deveres, transgressões, sanções, responsabilidades e Conselho de Justificação**. Também aborda o Processo Administrativo Disciplinar e o Conselho de Disciplina, contemplando princípios, competência, instauração, defesa, instrução, provas, julgamento, recursos, prazos e nulidades. ⚖️🔎

Você encontrará ainda a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, os requisitos e as etapas para ingresso nas carreiras militares estaduais, as regras de promoção das praças, o Regime Remuneratório Especial e a organização básica da Polícia Militar de Santa Catarina. 🛡️📋 A atenção às competências institucionais, à estrutura organizacional, às relações de comando, às condições de acesso e aos efeitos funcionais é indispensável para uma preparação consistente.

A metodologia deste Ebook Resumo prioriza os principais pontos do edital e os temas mais recorrentes em concursos públicos: **hierarquia e disciplina**, direitos e deveres, procedimentos disciplinares, competências das autoridades, requisitos de ingresso, modalidades de promoção, estrutura remuneratória e organização institucional. ✅ Estude com foco nos conceitos, nas classificações, nas etapas processuais, nas competências e nas hipóteses previstas em cada norma. Com constância e atenção aos detalhes, você estará mais preparado para avançar rumo à aprovação.

Sumário

1 Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina 14

1.1 Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983

1.2 Disposições preliminares

1.3 Definição, finalidade e organização da Polícia Militar

1.4 Ingresso, hierarquia e disciplina

1.5 Carreira policial militar

1.6 Direitos e prerrogativas dos policiais militares

1.7 Remuneração e vantagens

1.8 Férias, afastamentos e licenças

1.9 Obrigações e deveres policiais militares

1.10 Transgressões disciplinares e sanções

1.11 Responsabilidade disciplinar, civil e penal

1.12 Conselho de Justificação

1.13 Exclusão, desligamento e situações especiais

1.14 Disposições finais e transitórias

2 Processo Administrativo Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina 24

2.1 Portaria nº 009/2001

2.2 Finalidade e aplicação do Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar

2.3 Princípios do processo administrativo disciplinar

2.4 Autoridade competente e atribuições

2.5 Comunicação da transgressão disciplinar

2.6 Instauração do processo administrativo disciplinar

2.7 Designação e impedimentos dos encarregados

2.8 Notificação e citação do acusado

2.9 Defesa e atuação do defensor

2.10 Instrução processual

2.11 Produção e apreciação das provas

2.12 Oitiva do acusado e das testemunhas

2.13 Diligências e perícias

2.14 Relatório do encarregado

2.15 Julgamento e decisão da autoridade competente

2.16 Recursos administrativos
2.17 Prazos processuais
2.18 Nulidades processuais
2.19 Revisão do processo administrativo disciplinar
2.20 Execução da decisão disciplinar
3 Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares 38
3.1 Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023
3.2 Disposições gerais
3.3 Princípios, competências e fundamentos das instituições militares estaduais
3.4 Organização e estrutura das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares
3.5 Autonomia, comando e direção
3.6 Hierarquia e disciplina
3.7 Competências das Polícias Militares
3.8 Competências dos Corpos de Bombeiros Militares
3.9 Efetivo, carreira e quadro organizacional
3.10 Ingresso, formação e aperfeiçoamento profissional
3.11 Direitos, garantias e prerrogativas
3.12 Deveres e responsabilidades
3.13 Regime disciplinar
3.14 Remuneração e proteção social
3.15 Mobilização, emprego e atuação institucional
3.16 Disposições sobre inatividade e pensões
3.17 Atualizações da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023
4 Ingresso nas Carreiras das Instituições Militares de Santa Catarina 50
4.1 Lei Complementar Estadual nº 587, de 14 de janeiro de 2013
4.2 Disposições gerais sobre o ingresso
4.3 Requisitos para ingresso nas carreiras militares estaduais
4.4 Condições de inscrição e participação nos concursos públicos
4.5 Etapas do concurso público
4.6 Exame de conhecimentos
4.7 Exame de saúde
4.8 Exame de avaliação física
4.9 Avaliação psicológica
4.10 Investigação social
4.11 Curso de formação

4.12 Critérios de aprovação, classificação e convocação
4.13 Ingresso na carreira de praça
4.14 Ingresso na carreira de oficial
4.15 Impedimentos e causas de eliminação
4.16 Nomeação, posse e matrícula
4.17 Disposições finais e alterações legislativas
5 Promoção das Praças Militares Estaduais 62
5.1 Lei Complementar nº 801, de 1º de julho de 2022
5.2 Disposições gerais sobre a promoção das praças
5.3 Princípios e critérios de promoção
5.4 Quadros e graduações das praças militares estaduais
5.5 Modalidades de promoção
5.6 Promoção por antiguidade
5.7 Promoção por merecimento
5.8 Promoção por bravura
5.9 Promoção post mortem
5.10 Promoção em ressarcimento de preterição
5.11 Requisitos para promoção
5.12 Interstício e condições de acesso
5.13 Quadro de acesso
5.14 Comissões e órgãos responsáveis pela promoção
5.15 Processamento e julgamento das promoções
5.16 Impedimentos e exclusão do quadro de acesso
5.17 Datas, efeitos e antiguidade decorrentes da promoção
5.18 Recursos administrativos
5.19 Disposições transitórias e finais
6 Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais 75
6.1 Lei Complementar nº 765, de 7 de outubro de 2020
6.2 Disposições gerais sobre a remuneração
6.3 Âmbito de aplicação da lei
6.4 Estrutura remuneratória dos integrantes das instituições da Secretaria de Estado da Segurança Pública
6.5 Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais
6.6 Subsídio e parcelas remuneratórias
6.7 Remuneração dos militares estaduais da ativa

6.8 Remuneração dos militares estaduais inativos
6.9 Pensão militar
6.10 Indenizações e vantagens
6.11 Gratificações e adicionais
6.12 Auxílio-alimentação e demais benefícios
6.13 Regras de transição
6.14 Revisão e atualização remuneratória
6.15 Limites, vedações e acumulação de parcelas
6.16 Disposições sobre afastamentos e situações funcionais
6.17 Disposições finais e transitórias
7 Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina 87
7.1 Decreto nº 1.601, de 3 de dezembro de 2021
7.2 Regulamentação da Lei nº 6.217, de 1983
7.3 Princípios e fundamentos da organização básica
7.4 Finalidade e missão institucional da Polícia Militar
7.5 Estrutura organizacional da Polícia Militar
7.6 Comando-Geral
7.7 Estado-Maior
7.8 Órgãos de direção
7.9 Órgãos de apoio
7.10 Órgãos de execução
7.11 Órgãos especiais
7.12 Unidades operacionais
7.13 Regiões de Polícia Militar
7.14 Batalhões, companhias, pelotões e grupamentos
7.15 Competências dos órgãos e unidades
7.16 Subordinação e relações de comando
7.17 Organização territorial e operacional
7.18 Disposições finais e transitórias
8 Conselho de Disciplina da Polícia Militar de Santa Catarina 99
8.1 Lei Estadual nº 5.209, de 1976
8.2 Finalidade e competência do Conselho de Disciplina
8.3 Militares sujeitos ao Conselho de Disciplina
8.4 Hipóteses de submissão ao Conselho de Disciplina
8.5 Instauração do processo

8.6 Composição e designação dos membros

8.7 Impedimentos e suspeições

8.8 Atuação do presidente e dos demais membros

8.9 Citação e comparecimento do acusado

8.10 Defesa técnica e defensor

8.11 Instrução processual

8.12 Produção e análise das provas

8.13 Depoimentos e diligências

8.14 Alegações finais

8.15 Relatório do Conselho de Disciplina

8.16 Julgamento pela autoridade competente

8.17 Sanções e consequências administrativas

8.18 Recursos e revisão

8.19 Nulidades processuais

8.20 Disposições finais e transitórias

Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina

Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983



⚖️ A Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, institui o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina. Disciplina direitos, deveres, prerrogativas, hierarquia, disciplina, carreira, remuneração, licenças, agregação, reserva remunerada e reforma.

★ A condição policial militar exige dedicação integral, disponibilidade permanente e observância da ética. A hierarquia organiza postos e graduações; a disciplina impõe cumprimento rigoroso das normas e ordens legais. A violação funcional pode gerar responsabilização administrativa, civil e penal.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) Nos termos do Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina, a condição policial militar caracteriza-se, entre outros aspectos, por:

a) dedicação integral, disponibilidade permanente e observância da ética.
b) autonomia para descumprir ordens consideradas inconvenientes.
c) dedicação parcial e disponibilidade apenas durante o expediente.
d) submissão exclusiva à responsabilidade administrativa.
e) dispensa de hierarquia nas atividades operacionais.

Resposta: a
A condição policial militar exige dedicação integral, disponibilidade permanente e observância da ética, além do respeito à hierarquia e à disciplina.

Disposições preliminares

⚖️ O Estatuto disciplina a situação, as obrigações, os deveres, os direitos e as prerrogativas dos policiais militares estaduais. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército.

🛡️ Seus integrantes formam categoria especial de servidores, organizada com base na **hierarquia** e na **disciplina**, essenciais à autoridade, à coesão e ao funcionamento da corporação. O policial militar está sujeito a deveres próprios, inclusive quando inativo, nos limites legais.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Considerando as disposições preliminares do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, julgue as proposições a seguir.

☐ Os policiais militares constituem categoria especial de servidores, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e podem permanecer sujeitos a deveres próprios mesmo quando inativos, nos limites legais.
☐ O Estatuto disciplina, entre outros aspectos, a situação, as obrigações, os deveres, os direitos e as prerrogativas dos policiais militares estaduais.
☐ A Polícia Militar estadual é instituição temporária, destinada exclusivamente ao apoio administrativo do Exército.

> **Resposta:** C, C, E

Definição, finalidade e organização da Polícia Militar

⚖️ A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina. Integra o sistema de segurança pública estadual.

🛡️ Sua finalidade é preservar a ordem pública, realizar policiamento ostensivo e executar atividades de defesa civil. Organiza-se em órgãos de direção, apoio e execução, distribuídos territorialmente em unidades operacionais. A autoridade máxima é o Governador do Estado. ★

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Segundo o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina, assinale a alternativa correta sobre a Polícia Militar.

a) É instituição temporária, subordinada diretamente ao Exército.
b) Atua exclusivamente na investigação de infrações penais.
c) Organiza-se apenas em órgãos de execução, sem unidades territoriais.
d) Sua autoridade máxima é o Comandante-Geral da Polícia Militar.

e) É instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina.

> **Resposta:** e
> A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, estruturada com base na hierarquia e na disciplina. A autoridade máxima é o Governador do Estado.

Ingresso, hierarquia e disciplina

⚖️ O ingresso na Polícia Militar ocorre mediante concurso público, observados requisitos legais, aptidão física, mental, moral e formação específica. A carreira inicia-se conforme a graduação ou posto previsto em lei.

🔺 A hierarquia organiza a autoridade em postos e graduações, assegurando cadeia de comando, precedência e respeito entre superiores e subordinados.

🛡️ A disciplina consiste na rigorosa observância das leis, regulamentos, ordens e deveres policiais militares. **Hierarquia e disciplina** são bases institucionais; a ordem superior deve ser cumprida, salvo se manifestamente ilegal.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Com base nas disposições sobre ingresso, hierarquia e disciplina na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, julgue as proposições a seguir.

☐ A ordem superior deve ser cumprida pelo policial militar, exceto quando for manifestamente ilegal.
☐ A hierarquia restringe-se à definição de postos, não abrangendo graduações, precedência ou cadeia de comando.
☐ O ingresso na Polícia Militar ocorre mediante concurso público, observados, entre outros requisitos, a aptidão física, mental e moral, bem como a formação específica.

> **Resposta:** C, E, C

Carreira policial militar

A carreira policial militar é estruturada em **postos**, para oficiais, e **graduações**, para praças, assegurando progressão hierárquica e funcional. A ascensão depende de requisitos legais, mérito, antiguidade, cursos, aptidão física, conduta e existência de vagas. ★

A promoção constitui acesso ao grau superior e observa critérios definidos em lei. O militar deve preservar disciplina, disponibilidade permanente e dedicação ao serviço. A carreira pode ser interrompida por transferência para reserva remunerada, reforma, exclusão ou perda do posto e da graduação, nas hipóteses legais. ⚖️

Questão 5. (Pedagoflix 2026) Com base nas disposições relativas à carreira policial militar no Estado de Santa Catarina, julgue as proposições a seguir.

☐ A ascensão na carreira depende exclusivamente da antiguidade e da aprovação em cursos obrigatórios, sendo irrelevantes a aptidão física, a conduta e a existência de vagas.
☐ A carreira pode ser interrompida, nas hipóteses legais, pela transferência para a reserva remunerada, pela reforma, pela exclusão ou pela perda do posto e da graduação.
☐ A carreira policial militar é estruturada em postos, para os oficiais, e em graduações, para as praças, assegurando progressão hierárquica e funcional.

> **Resposta:** E, C, C

Direitos e prerrogativas dos policiais militares

⚖️ Os policiais militares possuem direitos funcionais, remuneratórios e sociais assegurados em lei, compatíveis com a hierarquia e a disciplina.

- 💰 Vencimentos, adicionais, indenizações e assistência à saúde.
- 🏠 Férias, licenças e estabilidade, conforme requisitos legais.
- 🎖️ Uso de uniformes, insígnias, títulos e prerrogativas do posto ou graduação.
- 🛡️ Tratamento compatível com a dignidade da função e defesa em atos de serviço.

Prerrogativas não afastam deveres: exigem conduta ética, disponibilidade e respeito à legalidade. ⚠️

Questão 6. (Pedagoflix 2026) À luz dos direitos e das prerrogativas assegurados aos policiais militares, julgue as proposições a seguir.

☐ Entre os direitos assegurados estão vencimentos, adicionais, indenizações, assistência à saúde, férias, licenças e estabilidade, observados os requisitos legais.
☐ As prerrogativas relativas ao posto ou à graduação afastam o dever de disponibilidade e dispensam a observância da legalidade.
☐ Os policiais militares possuem direitos funcionais, remuneratórios e sociais assegurados em lei, em compatibilidade com a hierarquia e a disciplina.

> **Resposta:** C, E, C

Remuneração e vantagens

💰 A remuneração compreende **vencimento** e vantagens pecuniárias legalmente previstas. O policial militar na ativa percebe subsídio ou remuneração conforme a legislação específica; inativos e pensionistas observam as regras constitucionais e estaduais aplicáveis.

- ➤ Gratificações, adicionais, indenizações e auxílios dependem de previsão legal.
- ➤ Não há incorporação automática de vantagem temporária.
- ➤ É vedada acumulação remunerada, salvo exceções constitucionais.

⚖️ Descontos somente incidem por lei, decisão judicial ou autorização válida.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) Considerando as disposições relativas à remuneração e às vantagens dos policiais militares do Estado de Santa Catarina, julgue as proposições a seguir.

☐ A remuneração compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias legalmente previstas, sendo que gratificações, adicionais, indenizações e auxílios dependem de previsão legal.
☐ Descontos na remuneração do policial militar somente podem incidir quando houver previsão legal, decisão judicial ou autorização válida.
☐ Toda vantagem temporariamente percebida pelo policial militar é automaticamente incorporada à sua remuneração após determinado período de exercício.

> **Resposta:** C, C, E

Férias, afastamentos e licenças

☑️ As férias são anuais, remuneradas e não podem prejudicar o serviço. O afastamento decorre de missão, curso, doença ou interesse institucional, preservadas as condições previstas em lei.

⚖️ Licenças podem ocorrer por saúde própria ou de dependente, gestação, paternidade, casamento, luto, interesse particular e tratamento de assuntos pessoais. A concessão depende de autorização competente, perícia quando necessária e observância dos prazos legais.

- 📌 A licença não afasta deveres disciplinares.
- 🛡️ O retorno ocorre ao término autorizado ou mediante convocação legal.

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX
E-BOOKS

Santa Catarina

Legislação de Trânsito

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

171
QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

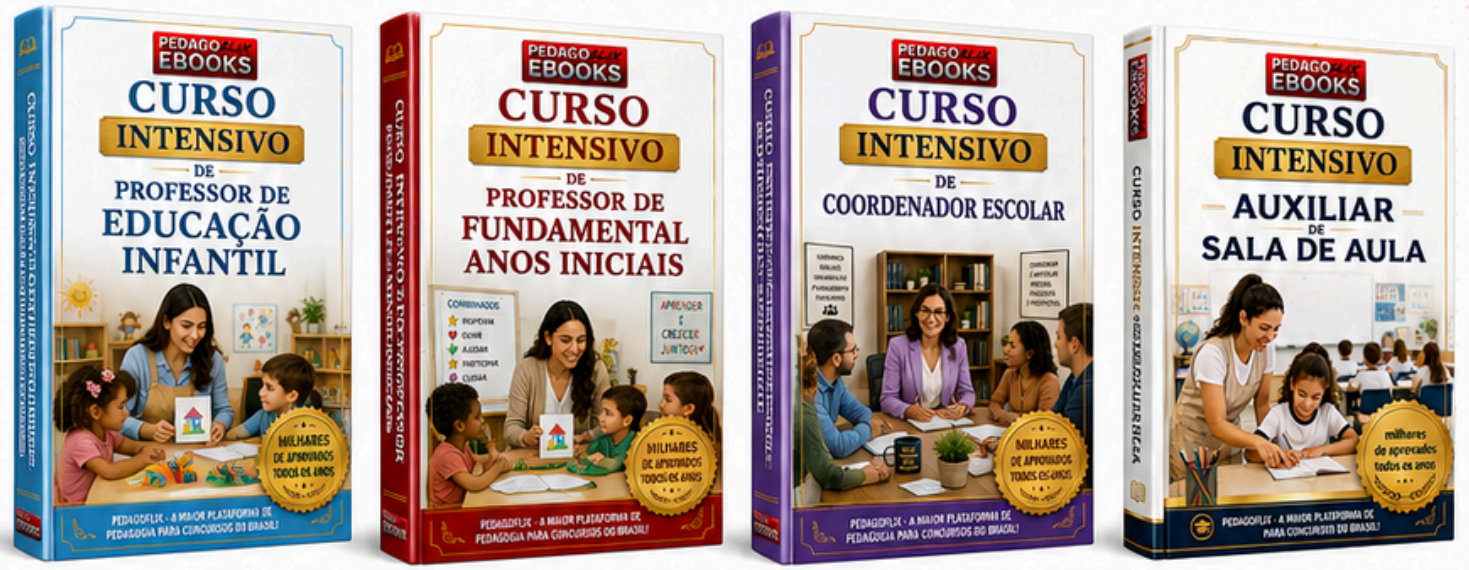
81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

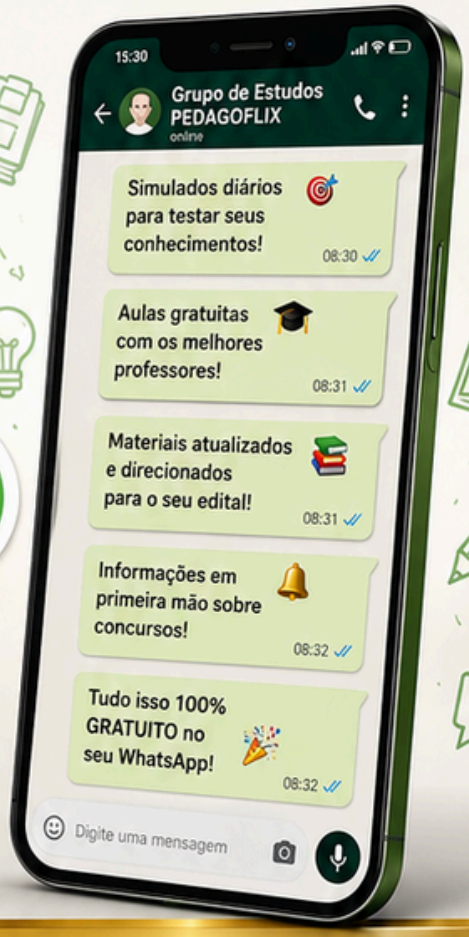
FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

🚦 Você está diante de um Ebook Resumo de Legislação de Trânsito preparado pela **Pedagoflix** para o Edital nº 002/2026 da Polícia Militar de Santa Catarina. O material foi estruturado para que você revise, com objetividade e segurança, os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro previstos no edital, conectando regras de circulação, fiscalização, responsabilização e segurança viária. 📘

O estudo prioriza os **pontos mais recorrentes em concursos públicos**: disposições preliminares, abrangência do trânsito, vias terrestres e a competência das polícias militares no Sistema Nacional de Trânsito. Você também encontrará as normas gerais de circulação e conduta, com atenção especial a ultrapassagem, preferência de passagem, cruzamentos, rotatórias, velocidade, parada, estacionamento, transporte de crianças, cinto de segurança, motocicletas, bicicletas e classificação das vias. ⚠️

O Ebook aborda ainda sinalização de trânsito e sua prevalência, classificação e características dos veículos, identificação, registro, licenciamento, transferência, transporte escolar e habilitação. Esses temas exigem leitura cuidadosa dos requisitos, documentos, categorias e procedimentos previstos na legislação, pois são frequentemente explorados em questões literais e situações práticas. 🛣️

Por fim, você revisará infrações, penalidades, multas, pontuação, suspensão e cassação do direito de dirigir, medidas administrativas, fiscalização de alcoolemia, auto de infração e processo administrativo de trânsito. Também estão contempladas as disposições gerais e os crimes de trânsito, incluindo homicídio culposo, lesão corporal culposa, omissão de socorro, condução sob influência de álcool e demais condutas tipificadas. **Estude com foco nos detalhes normativos, nas competências e nas consequências jurídicas** ✅: essa estratégia fortalecerá sua preparação para a prova.

Sumário

1 Disposições Preliminares do Código de Trânsito Brasileiro 15

1.1 Art. 1º: trânsito e sua abrangência

1.2 Art. 2º: vias terrestres

1.3 Art. 3º: aplicação do Código de Trânsito Brasileiro

1.4 Art. 4º: definições e conceitos complementares

2 Sistema Nacional de Trânsito 18

2.1 Art. 23: competências das polícias militares dos estados e do Distrito Federal

3 Normas Gerais de Circulação e Conduta 19

3.1 Art. 26: deveres dos usuários das vias terrestres

3.2 Art. 27: cuidados indispensáveis à segurança do trânsito

3.3 Art. 28: domínio do veículo

3.4 Art. 29: regras gerais de circulação

3.5 Art. 30: preferência de passagem

3.6 Art. 31: passagem por veículos de transporte coletivo

3.7 Art. 32: ultrapassagem em interseções e proximidades

3.8 Art. 33: regras para ultrapassagem

3.9 Art. 34: procedimento para ultrapassagem

3.10 Art. 35: sinalização para ultrapassagem

3.11 Art. 36: ultrapassagem pela esquerda

3.12 Art. 37: ultrapassagem em vias com linhas divisórias

3.13 Art. 38: conversão e retorno

3.14 Art. 39: circulação em vias urbanas

3.15 Art. 40: uso de luzes

3.16 Art. 41: uso da buzina

3.17 Art. 42: frenagem brusca

3.18 Art. 43: velocidade compatível com a segurança

3.19 Art. 44: circulação em cruzamentos

3.20 Art. 45: preferência em cruzamentos não sinalizados

3.21 Art. 46: circulação em rotatórias

3.22 Art. 47: parada e estacionamento

3.23 Art. 48: estacionamento e abertura de portas

3.24 Art. 49: embarque e desembarque de passageiros
3.25 Art. 50: circulação em vias internas de condomínios
3.26 Art. 51: circulação em propriedades privadas
3.27 Art. 52: circulação de veículos de tração animal
3.28 Art. 53: circulação de animais
3.29 Art. 54: transporte de motociclistas e passageiros
3.30 Art. 55: equipamentos obrigatórios para motociclistas
3.31 Art. 56: proibição de transporte de passageiros em determinadas condições
3.32 Art. 57: circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores
3.33 Art. 58: circulação de bicicletas
3.34 Art. 59: circulação de bicicletas em passeios
3.35 Art. 60: classificação das vias
3.36 Art. 61: velocidades máximas permitidas
3.37 Art. 62: velocidades mínimas permitidas
3.38 Art. 63: redução de velocidade
3.39 Art. 64: transporte de crianças
3.40 Art. 65: uso obrigatório do cinto de segurança
3.41 Art. 66: transporte de cargas
3.42 Art. 67: competições esportivas e eventos em vias públicas

4 Sinalização de Trânsito 44

4.1 Art. 80: sinalização de trânsito
4.2 Art. 81: colocação de publicidade e elementos nas vias
4.3 Art. 82: proibição de publicidade que prejudique a sinalização
4.4 Art. 83: sinalização em obras e obstáculos
4.5 Art. 84: retirada ou alteração de sinalização
4.6 Art. 85: sinalização destinada a pedestres
4.7 Art. 86: sinalização em vias em construção ou manutenção
4.8 Art. 87: classificação dos sinais de trânsito
4.9 Art. 88: sinalização obrigatória em vias pavimentadas
4.10 Art. 89: prevalência da sinalização de trânsito
4.11 Art. 90: ausência ou insuficiência de sinalização

5 Engenharia de Tráfego, Operação, Fiscalização e Policiamento Ostensivo 52

5.1 Art. 96: classificação dos veículos
5.2 Art. 97: características dos veículos
5.3 Art. 98: modificações das características dos veículos

5.4 Art. 99: limites de peso e dimensões
5.5 Art. 100: lotação e peso bruto total
5.6 Art. 101: autorização especial de trânsito
5.7 Art. 102: transporte de carga
6 Veículos: Identificação, Registro, Licenciamento e Circulação 57
6.1 Art. 114: identificação do veículo
6.2 Art. 115: placas de identificação
6.3 Art. 116: veículos oficiais
6.4 Art. 117: identificação de veículos de transporte de carga
6.5 Art. 118: registro de veículos
6.6 Art. 119: registro de veículos importados
6.7 Art. 120: obrigatoriedade de registro
6.8 Art. 121: certificado de registro de veículo
6.9 Art. 122: documentos para registro
6.10 Art. 123: transferência de propriedade
6.11 Art. 124: documentação para expedição do novo certificado
6.12 Art. 125: comunicação de transferência
6.13 Art. 126: baixa do registro
6.14 Art. 127: baixa de veículo irrecuperável
6.15 Art. 128: alteração de características do veículo
6.16 Art. 129: registro de veículos de aluguel
6.17 Art. 130: licenciamento anual
6.18 Art. 131: certificado de licenciamento anual
6.19 Art. 132: licenciamento de veículo novo
6.20 Art. 133: porte do certificado de licenciamento
6.21 Art. 134: comunicação de venda
6.22 Art. 135: autorização para transporte remunerado
6.23 Art. 136: veículos destinados à condução coletiva de escolares
6.24 Art. 137: autorização para transporte escolar
6.25 Art. 138: requisitos do condutor de transporte escolar
6.26 Art. 139: requisitos dos veículos de transporte escolar
6.27 Art. 140: habilitação conforme categoria do veículo
6.28 Art. 141: habilitação e exames
6.29 Art. 142: habilitação de condutores estrangeiros
6.30 Art. 143: categorias de habilitação

6.31 Art. 144: habilitação para condução de combinações de veículos
6.32 Art. 145: requisitos para habilitação nas categorias profissionais
6.33 Art. 146: formação e especialização de condutores
6.34 Art. 147: exames de habilitação
6.35 Art. 148: permissão para dirigir e carteira nacional de habilitação
6.36 Art. 149: exames para renovação da habilitação
6.37 Art. 150: avaliação de condutores infratores
6.38 Art. 151: cursos de reciclagem
6.39 Art. 152: aprendizagem de direção veicular
6.40 Art. 153: instrutor de trânsito
6.41 Art. 154: veículos destinados à aprendizagem
6.42 Art. 155: formação de condutores
6.43 Art. 156: órgãos e entidades credenciados
6.44 Art. 157: requisitos para instrutores
6.45 Art. 158: aprendizagem e exames de direção
6.46 Art. 159: carteira nacional de habilitação
6.47 Art. 160: efeitos de condenação por delito de trânsito

7 Infrações de Trânsito 86

7.1 Art. 256: penalidades
7.2 Art. 257: responsabilidade por infrações
7.3 Art. 258: classificação e valores das multas
7.4 Art. 259: pontuação das infrações
7.5 Art. 260: aplicação e arrecadação das multas
7.6 Art. 261: suspensão do direito de dirigir
7.7 Art. 262: apreensão do veículo
7.8 Art. 263: cassação da carteira nacional de habilitação
7.9 Art. 264: frequência obrigatória em curso de reciclagem
7.10 Art. 265: processo administrativo para suspensão e cassação
7.11 Art. 266: aplicação cumulativa de penalidades
7.12 Art. 267: conversão da multa em advertência por escrito
7.13 Art. 268: curso de reciclagem
7.14 Art. 269: medidas administrativas
7.15 Art. 270: retenção do veículo
7.16 Art. 271: remoção do veículo
7.17 Art. 272: recolhimento da carteira nacional de habilitação

7.18 Art. 273: recolhimento da permissão para dirigir
7.19 Art. 274: recolhimento do certificado de registro
7.20 Art. 275: teste de alcoolemia e exames
7.21 Art. 276: concentração de álcool por litro de sangue
7.22 Art. 277: fiscalização de alcoolemia e substâncias psicoativas
7.23 Art. 278: sinais de alteração da capacidade psicomotora
7.24 Art. 279: procedimentos de fiscalização
7.25 Art. 279-A: remoção e custódia do veículo
8 Auto de Infração 102
8.1 Art. 280: requisitos e formalidades do auto de infração
9 Processo Administrativo de Trânsito 103
9.1 Art. 281: julgamento da consistência do auto de infração
9.2 Art. 282: notificação da autuação e da penalidade
9.3 Art. 283: prazo para expedição da notificação
9.4 Art. 284: pagamento da multa
9.5 Art. 285: recurso contra penalidade
9.6 Art. 286: recurso à junta administrativa de recursos de infrações
9.7 Art. 287: recurso em segunda instância
9.8 Art. 288: julgamento dos recursos
9.9 Art. 289: competência para julgamento em segunda instância
9.10 Art. 290: encerramento da instância administrativa
10 Crimes de Trânsito: Disposições Gerais 110
10.1 Art. 291: aplicação das normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal
10.2 Art. 292: penalidades nos crimes de trânsito
10.3 Art. 293: suspensão ou proibição de obter habilitação
10.4 Art. 294: suspensão cautelar da habilitação
10.5 Art. 295: circunstâncias agravantes
10.6 Art. 296: suspensão ou proibição como penalidade adicional
10.7 Art. 297: prestação pecuniária
10.8 Art. 298: circunstâncias agravantes dos crimes de trânsito
10.9 Art. 299: omissão de socorro e suas consequências
10.10 Art. 300: responsabilidade penal
10.11 Art. 301: prisão em flagrante e fiança
10.12 Art. 302: homicídio culposo na direção de veículo automotor

10.13 Art. 303: lesão corporal culposa na direção de veículo automotor

10.14 Art. 304: omissão de socorro

10.15 Art. 305: afastamento do local do acidente

10.16 Art. 306: condução de veículo automotor sob influência de álcool ou substância psicoativa

10.17 Art. 307: violação da suspensão ou proibição de dirigir

10.18 Art. 308: participação em competição não autorizada

10.19 Art. 309: direção de veículo automotor sem habilitação, gerando perigo de dano

10.20 Art. 310: entrega da direção a pessoa não habilitada ou incapaz

10.21 Art. 311: velocidade incompatível em determinados locais

10.22 Art. 312: inovação artificiosa em caso de acidente de trânsito

10.23 Art. 312-A: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas

10.24 Art. 312-B: aplicação das disposições dos artigos 302, 303 e 308

Disposições Preliminares do Código de Trânsito Brasileiro

Art. 1º: trânsito e sua abrangência



🚦 O trânsito compreende a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para circulação, parada, estacionamento e operações de carga ou descarga.

⚖️ Em condições seguras, constitui **direito de todos** e dever dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. A prioridade é a defesa da vida, incluindo preservação da saúde e do meio ambiente. ♻️

Questão 1. (Pedagoflix 2026) À luz das disposições preliminares do Código de Trânsito Brasileiro acerca da abrangência do trânsito e dos deveres do Sistema Nacional de Trânsito, julgue as proposições a seguir.

☐ Para caracterizar trânsito, a utilização das vias deve ocorrer exclusivamente para circulação, não abrangendo parada, estacionamento ou operações de carga e descarga.
☐ O trânsito compreende a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não.
☐ O trânsito em condições seguras é direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, devendo ser priorizada a defesa da vida, com preservação da saúde e do meio ambiente.

> **Resposta:** E, C, C

Art. 2º: vias terrestres

🛣️ São vias terrestres urbanas e rurais: ruas, avenidas, logradouros, caminhos, passagens, estradas e rodovias. Incluem-se praias abertas à circulação pública e vias internas de condomínios constituídos por unidades autônomas. 🚗 Aplicam-se as normas do Código de Trânsito Brasileiro também às vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Segundo o CTB, suas normas aplicam-se também:

a) apenas às rodovias federais e estaduais.
b) às vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.
c) exclusivamente às vias públicas urbanas.
d) somente às vias internas de condomínios públicos.
e) apenas às praias destinadas ao turismo.

> **Resposta:** b
> O CTB alcança as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo, além das vias terrestres urbanas e rurais.

Art. 3º: aplicação do Código de Trânsito Brasileiro

🚦 As disposições do Código de Trânsito Brasileiro aplicam-se a qualquer veículo, nacional ou estrangeiro, e aos proprietários, condutores, passageiros e pedestres, abrangendo pessoas físicas e jurídicas. A incidência ocorre em todo o território nacional, alcançando vias terrestres abertas à circulação. ⚖️ Portanto, estrangeiros submetem-se às mesmas regras, infrações e penalidades previstas na legislação brasileira.

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Considerando a aplicação das disposições do Código de Trânsito Brasileiro, julgue as proposições a seguir.

☐ As disposições do Código de Trânsito Brasileiro aplicam-se a veículos nacionais e estrangeiros, bem como a seus proprietários, condutores, passageiros e pedestres.
☐ A aplicação do Código de Trânsito Brasileiro restringe-se às pessoas físicas brasileiras e aos veículos registrados no território nacional.
☐ Em todo o território nacional, os estrangeiros submetem-se às regras, infrações e penalidades previstas na legislação brasileira de trânsito.

> **Resposta:** C, E, C

Art. 4º: definições e conceitos complementares

O art. 4º determina que os conceitos empregados no Código de Trânsito Brasileiro são complementados pelas definições do **Anexo I**. ✦

Essas definições uniformizam a aplicação das normas por agentes, condutores e julgadores. Exemplos relevantes: **via**, área destinada à circulação; **trânsito**, utilização das vias por pessoas, veículos e animais; **veículo**, meio destinado ao transporte; **condutor**, quem dirige ou conduz. ⚖️ A interpretação técnica deve observar o Anexo I e as normas do Conselho Nacional de Trânsito. 🚓

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Considerando as disposições do art. 4º do Código de Trânsito Brasileiro e os conceitos complementares aplicáveis à interpretação técnica das normas de trânsito, julgue as proposições a seguir.

☐ A interpretação técnica dos conceitos de trânsito deve observar o Anexo I e as normas do Conselho Nacional de Trânsito.
☐ Para fins de aplicação das normas de trânsito, veículo é exclusivamente o meio destinado ao transporte de pessoas, não abrangendo o transporte de bens.
☐ Os conceitos empregados no Código de Trânsito Brasileiro são complementados pelas definições previstas no Anexo I.

> **Resposta:** C, E, C

PEDAGOFLIX

2026

PEDAGOFLIX

E-BOOKS

Santa Catarina

Direito Processual Penal Comum

Resumo

- LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA
- ACESSO IMEDIATO
- CONTEÚDO ATUALIZADO
- FÁCIL DE CONSULTAR
- CUSTO-BENEFÍCIO
- FOCADO PARA CONCURSOS

208

QUESTÕES COMENTADAS



🚨 **Aviso Importante – Pirataria é Crime**

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

⚠️ Atenção concurseiro: Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

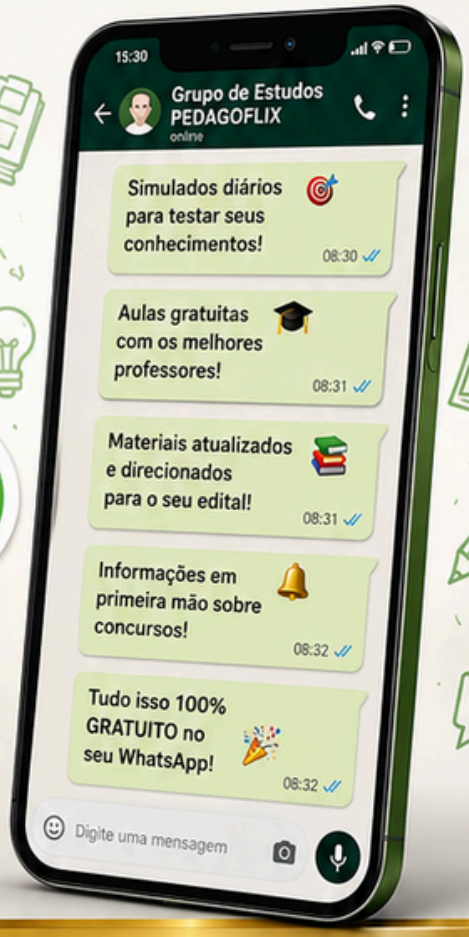
📌 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

🔒 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819

PEDAGOFLIX

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO DE ESTUDOS GRATUITO DO WHATSAPP!



TEMOS GRUPOS NO WHATSAPP PARA **TODOS OS ESTADOS DO BRASIL!**

+ DE 50 MIL PARTICIPANTES EM TODO O BRASIL!

MILHARES DE ALUNOS JÁ APROVADOS COM A PEDAGOFLIX!

NO NOSSO GRUPO VOCÊ TEM ACESSO A:

- SIMULADOS DIÁRIOS
- AULAS GRATUITAS
- MATERIAIS DE ESTUDO
- INFORMAÇÕES DE CONCURSOS
- DICAS DE PROFESSORES
- E MUITO MAIS!



POR QUE PARTICIPAR?

- Conteúdos atualizados todos os dias
- Materiais exclusivos e direcionados
- Dicas valiosas de professores e aprovados
- Avisos e oportunidades de concursos
- Motivação e apoio de quem está no mesmo objetivo que você!



É GRATUITO!
É NO WHATSAPP!
É PARA VOCÊ!

SUA APROVAÇÃO COMEÇA COM AS ESCOLHAS CERTAS!

Entre agora no grupo do seu Estado e estude com quem está no mesmo objetivo que você!

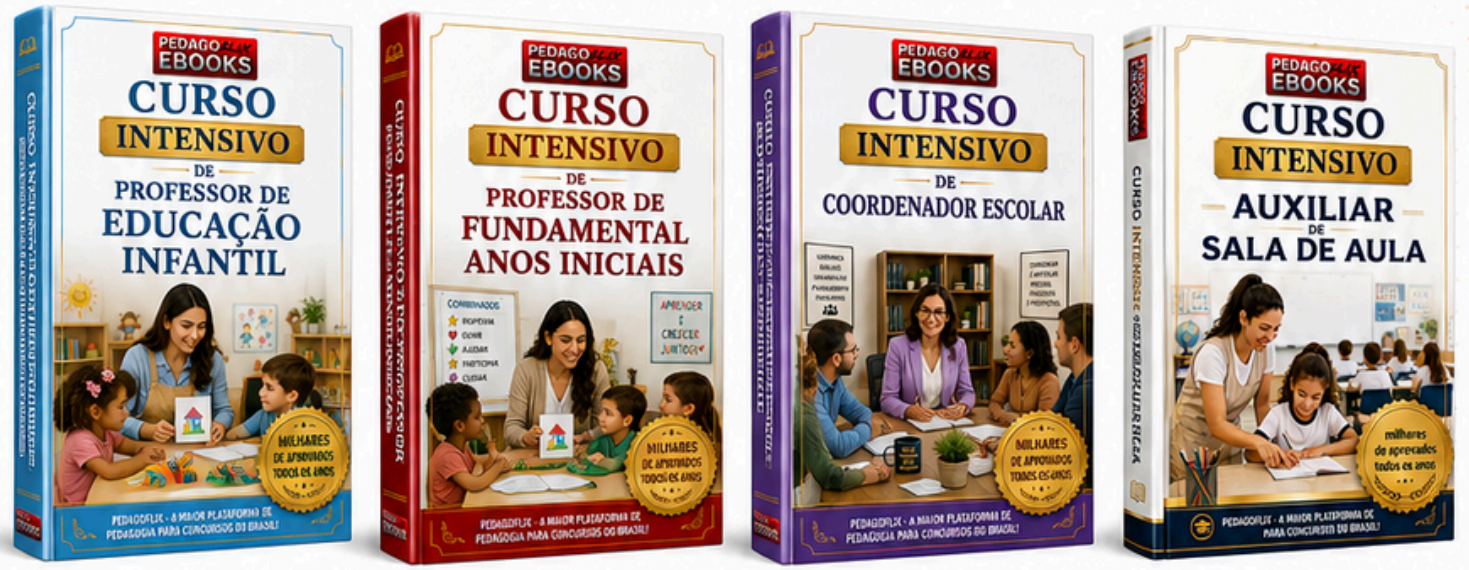
ENTRE AGORA MESMO!
81 9787-9819

ACESSE TAMBÉM:
WWW.LOJA.PEDAGOFLIX.COM.BR/GRUPOSWHATSAPP

PEDAGOFLIX EBOOKS

CONHEÇA NOSSOS EBOOKS

ESTUDE ONDE QUISER • REVISE MAIS RÁPIDO • APRENDA COM CONTEÚDOS OBJETIVOS E ATUALIZADOS



E MUITO MAIS!

CONTEÚDO ATUALIZADO
Sempre de acordo com os editais mais recentes

REVISÃO RÁPIDA
Materiais objetivos para otimizar seu tempo

ESTUDE EM QUALQUER DISPOSITIVO
Acesse quando e onde quiser: celular, tablet, computador ou e-reader

FOCO NO QUE REALMENTE CAI NAS PROVAS
Conteúdo selecionado para o que mais importa

ACESSE AGORA NOSSA LOJA DE EBOOKS

www.loja.pedagoflix.com.br/ebooks

PEDAGOFLIX

A MAIOR PLATAFORMA DE
PEDAGOGIA DO BRASIL

CONHEÇA A **PEDAGOFLIX**



A Pedagoflix é a **maior e mais completa** plataforma de **pedagogia para concursos** do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagoflix reúne **duas plataformas completas** de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

PLATAFORMA DE VIDEOAULAS

- Mais de **1.000 videoaulas** com os melhores professores.
- Conteúdos organizados e atualizados de acordo com os editais.
- Metodologia objetiva e focada no que realmente cai na prova.
- Aulas que facilitam o aprendizado e potencializam seus resultados.

WWW.PEDAGOFLIX.COM.BR

PLATAFORMA DE QUESTÕES

- O **maior** site de questões de pedagogia do Brasil.
- Mais de **100.000** questões comentadas e organizadas por assunto.
- Ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir.
- Estude de forma inteligente e aumente sua segurança para a prova.

WWW.QUESTOES.PEDAGOFLIX.COM.BR

Já são **milhares de alunos aprovados** em todo o Brasil, consolidando a Pedagoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E O MELHOR:

PLANOS A PARTIR DE R$ 29,90 POR MÊS

Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo **o próximo passo rumo à sua aprovação!**

81 99787-9819

Fale conosco pelo **WhatsApp!**

PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concurseiro vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFLIX, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

📚 Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

🏆 Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFLIX.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

PEDAGOFLIX

DÊ UM PLAY NA SUA APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

Você está diante do Ebook Resumo de **Direito Processual Penal Comum**, elaborado pela **Pedagoflix** para o edital número 002 de 2026 da **Polícia Militar de Santa Catarina** ⚖️📚. O material foi organizado para que você revise, consolide e direcione sua preparação aos temas essenciais do programa, com linguagem objetiva e atenção aos pontos que mais aparecem nas provas de concursos públicos.

A abordagem parte das noções introdutórias, dos princípios, sistemas processuais e aplicação da lei processual penal, avançando pela investigação preliminar, inquérito policial, acordo de não persecução penal, ação penal, competência criminal e Tribunal do Júri. Você também encontrará os fundamentos da teoria geral das provas, os meios de prova e de obtenção de prova, com destaque para cadeia de custódia, busca e apreensão, interceptação de comunicações telefônicas, captação ambiental e colaboração premiada 🔎.

Entre os assuntos de maior incidência, merecem atenção especial as **medidas cautelares pessoais**, a prisão em flagrante, a prisão preventiva, a audiência de custódia, a liberdade provisória e a fiança. Também são centrais os sujeitos do processo, a comunicação dos atos processuais, o procedimento comum, as nulidades, a sentença penal, os recursos e as ações autônomas de impugnação, especialmente o habeas corpus ⚠️.

Por fim, este resumo contempla a prisão temporária, os Juizados Especiais Criminais, a interceptação de comunicações telefônicas e a legislação, súmulas, jurisprudência, temas repetitivos e repercussão geral relacionados ao processo penal. Estude com estratégia: identifique conceitos, requisitos, prazos, competências, efeitos e distinções entre institutos, pois são pontos frequentemente explorados pelas bancas. *Avance com constância e transforme cada revisão em segurança para a prova.* ✓

Sumário

1 Noções Introdutórias de Direito Processual Penal 16
- **1.1** Princípios do processo penal
- **1.2** Sistemas processuais penais
- **1.3** Lei processual penal no tempo
- **1.4** Lei processual penal no espaço
- **1.5** Lei processual penal em relação às pessoas
- **1.6** Fontes do direito processual penal
- **1.7** Interpretação da lei processual penal
- **1.8** Integração da lei processual penal

2 Investigação Preliminar 22
- **2.1** Inquérito policial
- **2.2** Características, natureza e finalidade do inquérito policial
- **2.3** Instauração, desenvolvimento e conclusão do inquérito policial
- **2.4** Indiciamento
- **2.5** Arquivamento do inquérito policial
- **2.6** Demais investigações preliminares
- **2.7** Acordo de não persecução penal
- **2.8** Controle externo da atividade policial

3 Ação Penal e Ação Civil Ex Delicto 28
- **3.1** Conceito e condições da ação penal
- **3.2** Ação penal pública incondicionada
- **3.3** Ação penal pública condicionada
- **3.4** Ação penal privada
- **3.5** Representação e requisição
- **3.6** Denúncia e queixa-crime
- **3.7** Decadência, perempção e renúncia
- **3.8** Ação civil ex delicto
- **3.9** Efeitos civis da sentença penal
- **3.10** Independência e relação entre as instâncias penal e civil

4 Jurisdição e Competência Criminal 35
- **4.1** Jurisdição criminal

4.2 Competência em razão da matéria
4.3 Competência em razão da pessoa
4.4 Competência territorial
4.5 Competência por conexão e continência
4.6 Prevenção e distribuição
4.7 Perpetuação da competência
4.8 Conflito de competência
4.9 Declaração de incompetência
4.10 Tribunal do Júri
5 Teoria Geral das Provas 42
5.1 Conceito, finalidade e objeto da prova
5.2 Princípios probatórios
5.3 Ônus da prova
5.4 Admissibilidade e valoração da prova
5.5 Provas ilícitas e ilegítimas
5.6 Prova ilícita por derivação
5.7 Cadeia de custódia
5.8 Meios de prova e meios de obtenção de prova
5.9 Prova emprestada
5.10 Standard probatório e livre convencimento motivado
6 Meios de Prova e Meios de Obtenção de Prova em Espécie 49
6.1 Exame de corpo de delito e perícias
6.2 Interrogatório do acusado
6.3 Confissão
6.4 Declarações do ofendido
6.5 Prova testemunhal
6.6 Reconhecimento de pessoas e coisas
6.7 Acareação
6.8 Prova documental
6.9 Indícios
6.10 Busca e apreensão
6.11 Interceptação de comunicações telefônicas
6.12 Captação ambiental
6.13 Infiltração de agentes
6.14 Acesso a dados e informações

6.15 Colaboração premiada como meio de obtenção de prova

7 Medidas Cautelares de Natureza Pessoal 60

7.1 Aspectos gerais das medidas cautelares pessoais

7.2 Pressupostos e requisitos das medidas cautelares

7.3 Adequação, necessidade e proporcionalidade

7.4 Prisão em flagrante

7.5 Prisão preventiva

7.6 Prisão domiciliar

7.7 Medidas cautelares diversas da prisão

7.8 Decretação, substituição e revogação das medidas cautelares

7.9 Revisão periódica da prisão preventiva

7.10 Uso de algemas

7.11 Audiência de custódia

8 Liberdade Provisória 68

8.1 Conceito e fundamentos da liberdade provisória

8.2 Liberdade provisória com e sem fiança

8.3 Fiança

8.4 Arbitramento, reforço e dispensa da fiança

8.5 Quebra e perda da fiança

8.6 Restituição da fiança

8.7 Liberdade provisória nas hipóteses de prisão em flagrante

8.8 Relaxamento da prisão ilegal

8.9 Revogação da prisão cautelar

9 Questões e Processos Incidentes 74

9.1 Questões prejudiciais

9.2 Exceções processuais

9.3 Impedimentos e suspeições

9.4 Incompatibilidades

9.5 Conflito de jurisdição

9.6 Restituição de coisas apreendidas

9.7 Medidas relativas à falsidade documental

9.8 Incidente de insanidade mental do acusado

9.9 Incidente de falsidade

9.10 Habilitação para efeitos civis

10 Medidas Cautelares de Natureza Real 81

10.1 Conceito e finalidade das medidas assecuratórias
10.2 Sequestro de bens
10.3 Hipoteca legal
10.4 Arresto
10.5 Busca e apreensão com finalidade assecuratória
10.6 Embargos de terceiro
10.7 Administração dos bens apreendidos
10.8 Levantamento e perda das medidas assecuratórias
10.9 Confisco e destinação dos bens
10.10 Reparação do dano causado pelo crime
11 Sujeitos do Processo e Comunicação dos Atos Processuais 88
11.1 Juiz
11.2 Ministério Público
11.3 Acusado
11.4 Defensor
11.5 Assistente de acusação
11.6 Peritos e intérpretes
11.7 Serventuários da Justiça
11.8 Impedimentos, suspeições e incompatibilidades
11.9 Citação
11.10 Intimação
11.11 Notificação
11.12 Contagem dos prazos processuais
11.13 Revelia e ausência do acusado
12 Procedimento Comum 97
12.1 Disposições gerais do procedimento comum
12.2 Procedimento comum ordinário
12.3 Procedimento comum sumário
12.4 Procedimento comum sumaríssimo
12.5 Recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa
12.6 Resposta à acusação
12.7 Absolvição sumária
12.8 Audiência de instrução e julgamento
12.9 Alegações finais
12.10 Sentença no procedimento comum

12.11 Procedimentos especiais e sua relação com o procedimento comum

13 Nulidades Processuais 105

13.1 Conceito e espécies de nulidades

13.2 Nulidade absoluta

13.3 Nulidade relativa

13.4 Atos inexistentes e atos irregulares

13.5 Princípios aplicáveis às nulidades

13.6 Prejuízo processual

13.7 Convalidação e preclusão

13.8 Arguição das nulidades

13.9 Efeitos da declaração de nulidade

13.10 Extensão da nulidade aos atos subsequentes

14 Sentença Penal 112

14.1 Conceito e requisitos da sentença penal

14.2 Estrutura da sentença penal

14.3 Sentença absolutória

14.4 Sentença condenatória

14.5 Emendatio libelli

14.6 Mutatio libelli

14.7 Correlação entre acusação e sentença

14.8 Efeitos da sentença penal condenatória

14.9 Efeitos da sentença penal absolutória

14.10 Coisa julgada penal

14.11 Fixação da pena e reparação mínima dos danos

15 Recursos no Processo Penal 120

15.1 Teoria geral dos recursos

15.2 Princípios recursais

15.3 Pressupostos de admissibilidade

15.4 Efeitos dos recursos

15.5 Apelação

15.6 Recurso em sentido estrito

15.7 Embargos de declaração

15.8 Embargos infringentes e de nulidade

15.9 Carta testemunhável

15.10 Correição parcial

15.11 Recurso especial
15.12 Recurso extraordinário
15.13 Agravo em recurso especial e extraordinário
15.14 Revisão criminal
16 Ações Autônomas de Impugnação 129
16.1 Habeas corpus
16.2 Mandado de segurança em matéria criminal
16.3 Revisão criminal
16.4 Reclamação constitucional
16.5 Ação autônoma de impugnação e coisa julgada
16.6 Medidas urgentes nas ações autônomas de impugnação
17 Lei da Prisão Temporária 134
17.1 Lei Federal número 7.960, de 1989
17.2 Cabimento da prisão temporária
17.3 Requisitos da prisão temporária
17.4 Prazo da prisão temporária
17.5 Prorrogação da prisão temporária
17.6 Decretação e fundamentação
17.7 Direitos da pessoa submetida à prisão temporária
17.8 Diferenças entre prisão temporária e prisão preventiva
18 Lei dos Juizados Especiais Criminais 140
18.1 Lei Federal número 9.099, de 1995
18.2 Princípios dos Juizados Especiais Criminais
18.3 Competência dos Juizados Especiais Criminais
18.4 Termo circunstanciado
18.5 Audiência preliminar
18.6 Composição civil dos danos
18.7 Transação penal
18.8 Representação nos crimes de ação penal pública condicionada
18.9 Procedimento sumaríssimo
18.10 Suspensão condicional do processo
18.11 Citação e intimação nos Juizados Especiais Criminais
18.12 Recursos nos Juizados Especiais Criminais
18.13 Infrações penais de menor potencial ofensivo
19 Lei da Interceptação de Comunicações Telefônicas 149

19.1 Lei Federal número 9.296, de 1996
19.2 Âmbito de aplicação da interceptação de comunicações telefônicas
19.3 Requisitos para a interceptação
19.4 Hipóteses de cabimento e não cabimento
19.5 Competência para autorização
19.6 Procedimento da interceptação
19.7 Prazo e prorrogação
19.8 Segredo de justiça
19.9 Encontro fortuito de provas
19.10 Interceptação ambiental
19.11 Prova obtida por interceptação
19.12 Crimes relacionados à interceptação ilegal
20 Súmulas, Jurisprudência e Legislação Relacionada 158
20.1 Súmulas vinculantes aplicáveis ao processo penal
20.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal
20.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça
20.4 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
20.5 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça
20.6 Temas repetitivos e repercussão geral em matéria processual penal
20.7 Legislação constitucional relacionada ao processo penal
20.8 Legislação infraconstitucional relacionada ao processo penal
20.9 Atualização legislativa e jurisprudencial dos temas do programa

Noções Introdutórias de Direito Processual Penal

Princípios do processo penal



⚖️ O processo penal é orientado por garantias constitucionais que limitam o poder punitivo estatal.

- **Devido processo legal:** ninguém pode ser condenado sem procedimento regular.
- **Contraditório e ampla defesa:** acusação e defesa participam, conhecem provas e podem reagir.
- **Presunção de inocência:** a culpa exige prova suficiente e decisão definitiva.
- **Juiz natural:** vedado tribunal de exceção; competência é previamente definida.
- **Publicidade:** atos são públicos, salvo sigilo necessário. 🔒
- **In dubio pro reo:** dúvida razoável favorece o acusado.

Questão 1. (Pedagoflix 2026) Havendo dúvida razoável sobre a autoria do crime após a produção das provas, o juiz deve:

a) condenar o acusado para preservar a ordem pública.
b) transferir o julgamento a tribunal de exceção.
c) determinar condenação provisória até decisão definitiva.
d) absolver o acusado, aplicando o in dubio pro reo.
e) impedir a defesa de contestar as provas.

> **Resposta:** d
> Pelo princípio do in dubio pro reo, a dúvida razoável quanto à culpa deve beneficiar o acusado, impondo sua absolvição.

Sistemas processuais penais

⚖️ Os sistemas processuais penais definem a distribuição das funções de acusar, defender e julgar.

- **Inquisitório:** concentra investigação, acusação e julgamento na mesma autoridade; predomina sigilo, escrita e limitada defesa. ✖
- **Acusatório:** separa acusação, defesa e juiz; assegura contraditório, publicidade, oralidade e imparcialidade. ✔
- **Misto:** possui instrução inicial inquisitiva e fase judicial acusatória.

🇧🇷 A Constituição Federal adota o modelo acusatório, reforçado pelo Código de Processo Penal: juiz não substitui o órgão acusador.

Questão 2. (Pedagoflix 2026) Considerando as características dos sistemas processuais penais e o modelo adotado no ordenamento brasileiro, julgue as proposições a seguir.

☐ No sistema misto, há uma instrução inicial de natureza inquisitiva, seguida de fase judicial acusatória.
☐ O sistema acusatório caracteriza-se pela concentração das funções de acusação, defesa e julgamento no juiz, ainda que assegure contraditório e publicidade.
☐ No sistema inquisitório, as funções de investigar, acusar e julgar concentram-se na mesma autoridade, com predomínio do sigilo, da escrita e de defesa limitada.

> **Resposta:** C, E, C

Lei processual penal no tempo

⏳ A lei processual penal aplica-se **imediatamente** aos atos futuros, conforme **tempus regit actum**: cada ato é regido pela norma vigente quando praticado.

⚖️ Não há retroatividade para invalidar atos regularmente realizados sob lei anterior. A norma nova incide nos processos em curso, inclusive se mais gravosa, pois possui natureza instrumental. Exceção: normas de conteúdo *material*, como decadência e prescrição, obedecem à retroatividade benéfica. ◈

Questão 3. (Pedagoflix 2026) Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa correta.

a) A lei processual penal nova só se aplica aos processos iniciados após sua vigência.
b) A lei processual penal nova retroage para invalidar atos regularmente praticados sob a lei anterior.

c) A lei processual penal nova aplica-se imediatamente aos atos futuros dos processos em curso, ainda que mais gravosa, preservando-se os atos já praticados regularmente.
d) Toda norma processual penal mais benéfica retroage, inclusive as de natureza exclusivamente instrumental.
e) Prescrição e decadência submetem-se sempre à lei vigente no momento da prática do ato processual.

> **Resposta:** c
> Pelo princípio tempus regit actum, a lei processual nova incide imediatamente sobre os atos futuros, sem desfazer atos válidos realizados sob a lei anterior. Normas materiais, como prescrição e decadência, admitem retroatividade benéfica.

Lei processual penal no espaço

⚖️ A lei processual penal brasileira adota, como regra, o princípio da **territorialidade**: aplica-se em todo o território nacional, conforme o Código de Processo Penal.

🌐 Exceções decorrem de tratados, convenções e regras de direito internacional. Em crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações brasileiras, incide a jurisdição nacional nas hipóteses legais. A imunidade diplomática pode afastar a jurisdição penal brasileira.

Questão 4. (Pedagoflix 2026) Sobre a aplicação da lei processual penal no espaço, assinale a alternativa correta.

a) A lei processual penal brasileira aplica-se apenas aos crimes cometidos por brasileiros.
b) A lei processual penal brasileira aplica-se, como regra, em todo o território nacional, ressalvadas exceções previstas em tratados, convenções e normas de direito internacional.
c) A territorialidade impede qualquer incidência de regras internacionais no processo penal brasileiro.
d) Crimes praticados em aeronaves brasileiras jamais se submetem à jurisdição nacional.
e) A imunidade diplomática não produz efeitos sobre a jurisdição penal brasileira.

> **Resposta:** b
> Predomina o princípio da territorialidade: a lei processual penal brasileira incide em todo o território nacional, sem prejuízo das exceções decorrentes do direito internacional, como a imunidade diplomática.

Lei processual penal em relação às pessoas

👥 A lei processual penal brasileira aplica-se, em regra, a todas as pessoas submetidas à jurisdição nacional, conforme o princípio da igualdade.

⚖️ Existem imunidades: Presidente da República, parlamentares e certas autoridades possuem regras constitucionais de foro e responsabilização. Agentes diplomáticos estrangeiros têm imunidade processual penal decorrente de tratados internacionais. ✦ A imunidade não elimina necessariamente o crime, podendo apenas impedir ou condicionar a persecução no Brasil.

Questão 5. (Pedagoflix 2026) Sobre a aplicação da lei processual penal em relação às pessoas, assinale a alternativa correta.

a) A imunidade diplomática elimina a tipicidade penal da conduta praticada no Brasil.
b) A imunidade processual penal impede definitivamente qualquer responsabilização criminal do agente.
c) Parlamentares não possuem regras constitucionais específicas de foro ou responsabilização.
d) A lei processual penal brasileira aplica-se, em regra, às pessoas submetidas à jurisdição nacional, ressalvadas imunidades constitucionais e diplomáticas.
e) Agentes diplomáticos estrangeiros submetem-se integralmente à persecução penal brasileira, sem exceções.

> **Resposta:** d
> Prevalece a aplicação da lei processual penal a todos sob jurisdição nacional, em atenção à igualdade. Contudo, há imunidades constitucionais e diplomáticas, que podem impedir ou condicionar a persecução no Brasil, sem necessariamente eliminar o crime.

Fontes do direito processual penal

⚖️ Fontes são os meios de criação, revelação e integração das normas processuais penais.

- **Fonte material:** União, competente para legislar sobre processo penal.
- **Fontes formais imediatas:** Constituição Federal, leis, tratados incorporados e regimentos internos nos limites legais.
- **Fontes formais mediatas:** jurisprudência, doutrina, costumes e princípios gerais do direito.

🔎 A analogia integra lacunas, desde que não crie crime, pena ou restrinja garantias do acusado.

Questão 6. (Pedagoflix 2026) Considerando as fontes do direito processual penal e os limites da integração normativa, julgue as proposições a seguir.

☐ A União é a fonte material competente para legislar sobre processo penal.
☐ A jurisprudência e a doutrina constituem fontes formais imediatas do direito processual penal.
☐ A analogia pode ser utilizada para integrar lacunas, desde que não crie crime ou pena nem restrinja garantias do acusado.

> **Resposta:** C, E, C

Interpretação da lei processual penal

⚖️ A interpretação busca definir o alcance da norma processual penal. Pode ser **gramatical**, conforme as palavras; **lógica**, pela coerência; **sistemática**, pelo conjunto normativo; e **teleológica**, pela finalidade.

🔎 Admite-se interpretação **extensiva**, aplicação **analógica** e suplementação por princípios gerais. A analogia não cria crimes nem agrava penas, mas pode disciplinar procedimentos, respeitando contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

Questão 7. (Pedagoflix 2026) No processo penal, a aplicação analógica é admitida para disciplinar procedimentos, desde que:

a) respeite o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.
b) agrave a pena prevista para o acusado.
c) crie nova hipótese de crime processual.
d) substitua integralmente as normas processuais existentes.
e) dispense fundamentação judicial.

> **Resposta:** a
> A analogia pode suprir lacunas procedimentais, mas não pode criar crimes ou agravar penas e deve preservar as garantias processuais constitucionais.

Integração da lei processual penal

⚖️ A integração supre lacunas da lei processual penal sem criar crimes, penas ou restrições indevidas à liberdade. Aplicam-se, conforme compatibilidade: